

# Línguas em Português

---

## A Lusofonia numa Visão Crítica

---

Sweder Souza  
Francisco Calvo Del Olmo  
ORGANIZADORES

# Índice

---

7

APRESENTAÇÃO

**Línguas e vozes  
em português**

Francisco Calvo del Olmo  
– Sweder Souza

15

PREFÁCIO

**As ações do instituto  
internacional da língua  
portuguesa na gestão  
multilateral da língua**

Carlos Alberto Faraco

25

INTRODUÇÃO

**Lusofonia revisitada  
e a crítica da celebração**

Cristine Görski Severo  
– Alexandre Cohn Silveira

43

**A língua portuguesa  
como variedade  
nacional em angola**

Eduardo Ferreira dos Santos

59

**Entre “arranques súbitos  
e freadas bruscas”:  
percursos das iniciativas  
oficiais brasileiras para  
a promoção internacional  
do português**

Leandro Diniz

77

**A língua portuguesa  
na sala de aula  
cabo-verdiana**

Elvira Reis

103

**Política e planejamento  
linguístico na Guiné-Bissau**

Rachide Djau

121

**A Guiné-Equatorial  
no cenário lusófono:  
política e planejamento  
linguísticos**

Charlott Eloize Leviski  
– Alexandre Ant3nio Timbane

---

---

**139**

**O ensino do português  
em Moçambique: conflitos  
entre o uso prescritivo  
e os usos reais**

Ermelinda Mapasse

**157**

**Portugal não é o dono  
da língua portuguesa**

João Veloso

**173**

**Há uma política linguística  
para o português em  
São Tomé e Príncipe?**

Gabriel Antunes de Araújo

**199**

**A oficialidade da língua  
portuguesa na paisagem  
multilíngue de timor leste:  
construção e manutenção  
de uma história**

Joice Eloi Guimarães

– Renata Tironi de Camargo

**221**

**A língua portuguesa  
em macau em tempos  
de globalização e mobilidades:  
políticas linguísticas e ensino**

Liliana Gonçalves

– Roberval Teixeira e Silva

**243**

**Galego e português,  
uma mesma língua diferente**

Xoán Carlos Lagares

**261**

POSFÁCIO

**Por que insistir  
na ilusofonia?**

Marcos Bagno

**273**

**Sobre os organizadores  
e os autores**

**284**

**Referências**

---

# Há uma política linguística para o português em São Tomé e Príncipe?

Gabriel Antunes de Araújo

O objetivo deste artigo é descrever como a língua portuguesa se tornou majoritária na República de São Tomé e Príncipe e, ao mesmo tempo, demonstrar como o seu crescimento está associado ao abandono das demais línguas faladas no arquipélago. Para tal, mostraremos que o sucesso na difusão do português não foi fruto somente de políticas linguísticas levadas a cabo pelo governo, mas também das dinâmicas sociolinguísticas do contexto multilíngue do país. Assim, a existência mesma da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe está associada a um complexo processo sócio-histórico, ao apagamento das línguas faladas no território (tanto as autóctones como as transplantadas), ao desejo difuso das elites locais de se manterem ligadas a uma língua imperial (real ou imaginária) e de se beneficiarem dessa ligação. Esse desejo provocou, no percurso, o silenciamento da diversidade linguística, influenciando as normas sociolinguísticas do arquipélago. Dessa forma, as línguas faladas no território, incluindo a língua portuguesa, decorrem



de processos sócio-históricos de dominação de grupos no poder e fora dele, sobrevivem e se tornam obsoletas ao sabor de forças que excluem ou limitam a ação do Estado como promotor e agente de práticas oficiais de ensino e difusão.

A colonização inicial de São Tomé e Príncipe favoreceu o surgimento de uma língua crioula, o protocioulo de base portuguesa do Golfo da Guiné (Ferraz 1979, Bandeira 2016, Bandeira, Araujo e Finbow 2019). Fatores como o isolamento, a remoção de certos grupos de falantes das ilhas, as contribuições linguísticas de línguas africanas, a atuação criativa dos falantes locais e o influxo constante de novos atores promoveram a especiação do protocioulo: ao longo do século XVI, o santome (código ISO 639-3: CRI) se desenvolveu nos centros coloniais (urbanos e rurais) da ilha de São Tomé, enquanto o angolar (ISO 639-3: AOA) é a língua dos descendentes de escravos fugidos dos engenhos que formaram quilombos; falantes do protocioulo foram levados à ilha do Príncipe e à ilha de Ano Bom, onde as condições locais contribuíram à diversificação dando origem ao lung'Ie (ISO 639-3: PRI) e ao fa d'Ambô (ISO 639-3: FAB), respectivamente.

Após a derrocada da indústria açucareira na primeira metade do século XVII, o país ficou relativamente isolado das economias e fluxos globais até o desenvolvimento da agroindústria do café e do cacau na segunda metade do século XIX. Essa indústria atraiu investimentos e mão de obra intensiva das colônias portuguesas e também de trabalhadores dos países do entorno do Golfo da Guiné. Portanto, o ambiente multilíngue em São Tomé e Príncipe no século XX apresenta, os seguintes atores<sup>1</sup>: o grupo étnico forro, cuja língua é o santome ou forro, sendo o crioulo mais falado no arquipélago; o grupo étnico kabuverdianu: descendentes dos trabalhadores contratados em Cabo Verde que mantiveram sua língua, falada principalmente nas fazendas (localmente denominadas 'roças') até 1975, ano em que se difundiu pelo restante do território; o grupo étnico principense, falante do lung'Ie ou principense, que já se encontrava reduzido, com menos de duzentos falantes, na segunda metade do século XX (Valkhoff 1966,

<sup>1</sup> O fa d'Ambô, falado na Ilha de Ano Bom, pertenceu geograficamente ao domínio político da Espanha de 1778 até 1968 e, posteriormente, ao da República da Guiné Equatorial (Araujo *et al.* 2013).

Günther 1973, Maurer 2009 e Agostinho 2016); o grupo étnico angolár, falante da língua angolár, vivendo em áreas relativamente isoladas das principais cidades e com pouco contato (Seibert 2007); o grupo étnico tonga, formado por trabalhadores contratados e seus descendentes confinados às propriedades rurais até pelo menos os anos 60, falantes da variedade descrita como *português dos tongas*<sup>2</sup> (Rougé 1992, Baxter 2018), além dos portugueses europeus e de uma pequena elite local urbana falantes, respectivamente, do português europeu e de uma variedade europeizada, porém com características típicas de ter sido adquirida como segunda língua (L2), em cenários de multilinguismo (cf. Lucchesi e Baxter 2009).

As questões que perpassam este trabalho são as seguintes: como a língua portuguesa se tornou majoritária em São Tomé e Príncipe, conforme os dados da tabela 1, e quais são, se é que existem, as políticas linguísticas atuais no arquipélago que promoveram a língua portuguesa ao ponto de se tornar majoritária?

**Tabela 1 – Dados dos censos nacionais de 1981 e 2011, reportando as línguas faladas em STP (1961-2012).**

Ano	População total	Português	Santome	Lung'le	Angolar	Caboverdiano
1981	96.661	60.519 (62.61%)	54.387 (56.27%)	1.533 (1.59%)	-	-
2012	187.356	170.309 (90.9%)	62.889 (33.57%)	4.224 (2.25%)	11.413 (6.09%)	14.725 (7.86%)

Adaptado de INE 2016.

Para entendermos essas perguntas, é necessário analisarmos uma série de fatores como o processo de colonização do arquipélago nas duas fases de progresso econômico (no século XVI e no século XX) e a importação de mão de obra para suprir as demandas da agroindústria nessas fases, o processo de urbanização a partir da década de 1950, a

<sup>2</sup> O termo 'tonga', atualmente, também pode se referir a qualquer pessoa cujos pais sejam de diferentes grupos étnicos (Bouchard 2017: 214) e, portanto, não se refere necessariamente ao grupo étnico tonga, como descrito por Rougé (1992) e Baxter (2002).

implantação de um sistema escolar que atingisse, em princípio, todos os atores sociais, a difusão da mídia em língua portuguesa nos últimos 30 anos e melhorias sanitárias que promoveram um aumento da expectativa de vida e diminuição da mortalidade infantil.

O artigo está organizado da seguinte maneira: na seção 2, descreveremos aspectos da colonização de São Tomé e Príncipe e o papel da mão de obra importada na construção do tecido social e linguístico local. A seção 3 mostrará como os processos de urbanização iniciados nos anos de 1950, a escolarização de classes sociais e grupos étnicos marginalizados no fim do período colonial e a popularização das mídias depois da independência promoveram a ideia da unificação político-social com a adoção da língua portuguesa, com alto capital linguístico, em detrimento e marginalização das demais línguas. Na seção 4, analisaremos os dados do censo populacional mostrando como a substituição linguística em direção ao português tornou-se incontestável no século XXI, como poderá ser observada nos dados referentes às habilidades linguísticas dos vários estratos etários da população. A última seção traz as considerações finais.

## A Colonização de São Tomé e Príncipe e o Papel de seus Grupos Linguísticos

Portugal, tendo implantado uma colônia de exploração em São Tomé e Príncipe, primeiramente apoiada na economia agroindustrial açucareira no século XVI e, posteriormente, na economia do café e do cacau, nos séculos XIX e XX, não conseguiu promover a presença de um grande contingente de luso-falantes no arquipélago (Negreiros 1895, Tenreiro 1961, Garfield 1992). Dessa forma, a língua portuguesa, em São Tomé e Príncipe, se fez presente no momento zero da colonização, quando as ilhas eram inabitadas, e na ascensão da cultura da *cana sacarina*, diminuindo ao mínimo quando da derrocada da indústria do açúcar no começo do século XVII, no segundo impulso agroindustrial dos séculos XIX e XX e, no momento da independência nos anos 1970, quando a elite local, que ascendera ao poder, elege-a como a língua oficial da jovem república. As políticas públicas efetivadas desde então

promoveram a língua portuguesa nas ilhas e alienaram, ao longo do processo, as demais línguas. Posto isso, o entendimento sobre a difusão da língua portuguesa no século XXI em São Tomé e Príncipe precisa considerar a existência de múltiplas normas sociolinguísticas, frutos do processo histórico, e da complexa convivência entre os grupos étnicos locais e as suas línguas.

O início da colonização efetiva de São Tomé e Príncipe está intimamente ligado ao açúcar, cuja produção foi iniciada em 1517 com a construção de dois engenhos de cana (Garfield 1992). O número de engenhos no apogeu da cultura da cana não é totalmente conhecido. Eyzaguire (1986: 60) sugere que chegou a existir cerca de 200 engenhos. Serafim (2000: 258), por sua vez, fala em 120 engenhos em 1620. Se considerarmos que cada engenho tinha em média 50 escravos (Eyzaguire 1986: 60), a população de trabalhadores africanos nos engenhos variou entre 6 mil e 10 mil. Garfield (1992) fala entre 9 e 12 mil escravos por volta de 1580, no apogeu da produção. Excluindo os africanos, havia uma pequena população de luso-falantes. Seibert (2015: 105-6) sustenta que “frequentemente, apenas o dono ou, na ausência deste, o feitor era europeu ou mestiço. O caseiro, responsável pela gestão do pessoal da fazenda, podia ser branco ou mestiço, mas também era frequentemente um negro forro.” Portanto, a população portuguesa na Era do Açúcar na Ilha de São Tomé foi regularmente pequena, se comparada ao contingente escravizado ou alforriado. Seibert (2015: 108) prossegue “Com a perda da relevância econômica do arquipélago, a presença de brancos tornou-se insignificante. Em 1758, de uma população total de 12.672 nas duas ilhas, havia 53 brancos (0,4%) e 8.880 escravos (70%), incluídos os para a reexportação”.

Os dados apresentados na tabela 2, ao mesmo tempo, comprovam que a presença de portugueses em São Tomé e Príncipe no período de 1807 a 1950 era limitada, pois sequer ultrapassou os 3% até 1960. Dessa forma, nem mesmo a relativa bonança econômica alcançada pela economia são-tomense na primeira metade do século XX foi suficiente para atrair um contingente expressivo de portugueses à Colônia. Portanto, não houve, pelo menos até 1950, uma população europeia demograficamente relevante para difundir a língua e servir como modelo de norma.



Tabela 2 – População de São Tomé (1807-1950).

Ano	Nativos	Portugueses	Trabalhadores 'contratados'	Total
1807	11.636	121 (1.03%)	–	11.767
1827	–	–	–	12.713
1843	12.568	185 (1.45%)	–	12.753
1860	10.282	151 (1.45%)	–	10.433
1870	17.568	449 (2.49%)	–	18.017
1875	?	741 (2.52%)	?	29.441
1900	18.128	1.012 (2.40%)	18.033 (42.83%)	42.103
1921	19.196	998 (1.69%)	38.697 (65.53%)	59.055
1940	31.036	995 (1.64%)	28.459 (47.05%)	60.490
1950	34.947	1.152 (1.91%)	24.060 (39.99%)	60.159

Adaptado de Nascimento 2000, 2008.

O sucesso na exploração comercial do cacau no último terço do século XIX alterou pouco o cenário da presença de luso-falantes de origem europeia no território, porém acrescentou, depois da abolição formal da escravatura em 1875, um novo elemento ao sistema ecolinguístico local: o trabalhador contratado. Oriundos principalmente de outras possessões coloniais portuguesas, nomeadamente Cabo Verde, Angola e Moçambique, os trabalhadores contratados viviam confinados às roças da Ilha de São Tomé e da Ilha do Príncipe, com pouco contato com a população local de São Tomé e Príncipe. Muitas vezes, as condições de trabalho dos contratados eram análogas à escravidão, o que gerou muitos protestos da comunidade internacional (Nevinson 1906, Cadbury, Burt & Horton 1910). Nevinson (1906: 190), por exemplo, transcreve uma conversa com o médico encarregado de uma das roças que afirma 'A taxa de mortalidade nesta roça é de 12 ou 14% por ano entre os contratados'<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> "The death-rate on this roça is twelve or fourteen per cent. a year among the *serviçaes*."

Instado a dar uma explicação para os óbitos, o médico conclui: ‘Anemia’<sup>4</sup>. Classificando a resposta como vaga, Nevinson prossegue ‘O que causa anemia?’<sup>5</sup> e o médico conclui ‘Tristeza’<sup>6</sup> causada por saudade. Nevinson (1906: 191) apresenta dados que sugerem que a taxa de mortalidade entre as crianças, filhas dos contratados, nascidas nas ilhas de STP, era de 25%, o que obviamente não poderia ser atribuída ao sentimento de ‘saudade’. Por fim, Nevinson informa que, entre os adultos na Ilha do Príncipe, a taxa de mortalidade era de 20,67% ao ano, igualmente alta. Em todo o seu relato, Nevinson (1906) nomeia os contratados como escravos (literalmente *slaves*), adicionando relatos de castigos corporais, cárcere privado, pouca empatia por parte dos patrões em relação às condições de vida dos empregados, descaso com relatos de conscrição no continente e de pouco esforço para o retorno seguro dos contratados a seus países de origem. Portanto, embora a escravidão tivesse sido abolida nominalmente no século XIX, os trabalhadores viviam em condições análogas à escravidão, alijados do convívio com a sociedade local, muito embora, esta mesma sociedade considerasse os trabalhadores contratados socialmente inferiores (Bouchard 2017).

Figura 1 – Pirâmides populacionais de São Tomé e Príncipe em 1950, 1960 e 1970.



Fonte: PopulationPyramid.net baseada em dados do WorldBank.

- 4 “Anaemia.”
- 5 “What brings on anaemia?”
- 6 “Unhappiness.”

A observação dos dados populacionais separados por idade, com registros disponíveis a partir de 1950 (ver figura 1), mostra que, nas pirâmides de 1950 e de 1960, a presença dos trabalhadores contratados criava uma distorção no número total de habitantes nas faixas de 20 a 40 anos, pois somente a população masculina desse grupo nesse período representava cerca de um quarto da população total.

Além disso, a taxa de mortalidade infantil no período era igualmente alta, chegando a 37% antes dos cinco anos de idade na década de 60 (WorldBank 2019). De um lado, a leve melhora das condições sanitárias promovidas pela urbanização de várias áreas de São Tomé e Príncipe nos últimos anos do Estado Novo (Milheiro 2012) e a explosão da taxa de fertilidade (cujo pico em 1975 foi de 6,53 por mulher) promoveram um aumento da população com menos de 20 anos, observável na pirâmide populacional de 1970 (WorldBank 2019). Assim, com o declínio da cultura do cacau seguida pela emigração de muitos dos contratados entre 1961 e 65, fenômeno que pode ser observado na pirâmide populacional de 1970, se constata uma diminuição relevante da população em fase adulta (20 a 40 anos), quando comparado com as pirâmides de 1950 e 1960. De certa forma, essa onda emigratória não prejudicou totalmente a população de falantes do português no arquipélago, posto que os trabalhadores contratados não eram necessariamente monolíngues em português, porém a permanência de seus descendentes ajudará a promoção do português nas últimas décadas do século XX, como será mostrado adiante. Mesmo com uma alta taxa de representatividade no total da população de STP em 1921, como mostrado na figura 1, o impacto linguístico dos contratados no cenário local teve consequências pequenas na promoção da língua portuguesa no arquipélago na primeira metade do século XX.

Seibert mostra também que havia uma população mestiça em São Tomé, entretanto, essa população, que em 1950 perfazia 7,1% do total, havia sido 'reafricanizada' (sic) ao longo dos séculos, tendo a sua herança genética europeia diluída em sucessivas gerações' (2014: 58-9). Tenreiro (1961), contrariamente, havia afirmado que, no início do século XIX, o elemento preponderante da população era o mestiço, contudo Seibert (2014: 59-60) mostra que essa informação era historicamente falsa, tendo sido negada por estudos de genética

das populações locais (ver Tomás *et al.* 2002: 408), tornando São Tomé, distinto de Cabo Verde, onde na mesma época, ‘a maioria da população era mestiça e a elite mulata e branca’ (Seibert 2014: 59). Adicionalmente, Carreira (2000: 25), tratando da situação em Cabo Verde, postula que ali havia se formado uma sociedade com ‘costumes, hábitos, comportamento e língua fundamentalmente portuguesas’, porém, ‘em S. Tomé, segundo parece, os resultados dos contatos raciais e culturais podem ser considerados insignificantes se os compararmos com os atingidos naquele arquipélago’. Portanto, a população de mestiços era também pequena, contudo, o acesso a certos privilégios, comumente destinados somente aos nascidos na Europa, tornava o grupo étnico mestiço relativamente poderoso. Se, de um lado, não há elementos para se afirmar que a documentação permita assegurar qual era exatamente a língua falada pela população mestiça de São Tomé, de outro lado, é razoável supor, observando situações similares no Atlântico Português (cf. Lucchesi, Baxter e Ribeiro 2009), que essa classe de mestiços, falasse efetivamente um português reestruturado, devido à limitação de acesso ao input e da pressão normativa do português europeu, associado às modificações causadas pelas influências do ambiente multilíngue e de seu aprendizado em massa, como segunda língua, por falantes de outras línguas, dentre as quais, se destacavam o santome e o kabuverdianu, além do prestígio de se falar a língua do grupo ao qual se desejava pertencer. Dessa forma, considerando que a população mestiça nativa tenha se mantido em 8% e a portuguesa europeia em 2%, até a metade do século XX, cerca de 10% da população, em um ambiente multilíngue, falava a língua portuguesa.

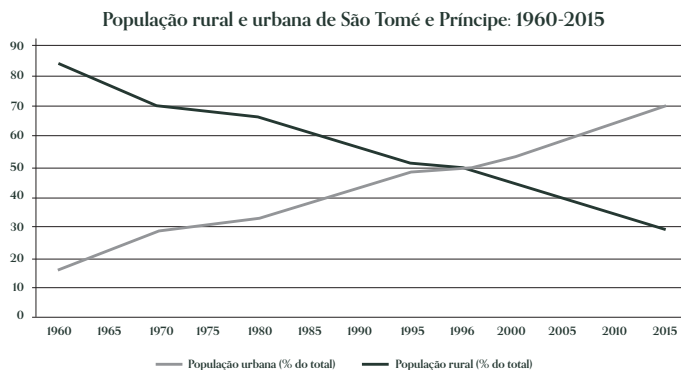
Contudo, a declaração de independência política de Portugal, em 1975, a decretação da coletivização das roças pelo regime de matiz socialista implantado em STP e o conseqüente aumento da migração campo/cidade guardaria um lugar para os descendentes dos tongas na promoção do português, lugar esse que só pode ser entendido com o auxílio dos dados sobre o processo de urbanização em São Tomé e Príncipe.

## Urbanização, escolarização, mídia e o papel das elites

### Urbanização

Em 1960, STP era um país eminentemente rural: 83,93% de sua população viviam no campo. Em 1975, a situação havia se alterado um pouco, mas ainda 68,36% estavam radicados no meio rural. Um dos responsáveis por esse aumento da população urbana foi o processo de melhoria das condições de vida e de atratividade nas cidades mais importantes de São Tomé (Milheiro 2012: 87-115). De um lado, como aponta Milheiro (2012), o governo do Estado Novo, iniciou em 1951, com a promoção do Plano de Urbanização de São Tomé, a instalação de uma série de equipamentos urbanos, nomeadamente, escolas primárias e secundárias, bairros residenciais para os funcionários públicos, hospital central e postos técnicos (capitania dos portos, alfândega, cadeia, palácio do Governo etc.). A construção desses equipamentos atraiu mão de obra do campo e melhorou a qualidade de vida nas cidades. O Liceu Nacional D. João II (atual Liceu Nacional Patrice Lumumba) e o edifício da Alfândega (ambos de 1952) deram início a essa fase de construções. Em 1954, o Palácio do Governo, atual sede da Presidência, é ampliado. Em 1957, é erguido o prédio da Companhia Santomense de Comunicações. O prédio do atual Ministério da Defesa foi erguido em 1958 para alojar a Polícia Internacional e Defesa do Estado (Milheiro 2012: 101). Contudo, as obras não se limitaram à cidade-capital e algumas foram realizadas no interior, nomeadamente em Santo Amaro, Guadalupe, Neves, Madalena, Bombom, Pantufo, Angolares, Trindade e em Santo António do Príncipe (a construção da Escola Primária Paula Lavres é da segunda metade da década de 60). De outro lado, a emigração de milhares de trabalhadores contratados, associada ao processo de independência em 1975, com a coletivização das roças, o colapso do sistema agroindustrial são-tomense e a reforma agrária dos anos 90 promoveram taxas de urbanização ou fuga do campo que variaram do pico de 9,19% ao ano em 1968 a cerca de 4,5% em média durante toda a década de oitenta. Finalmente, em 1996, já na época da democratização, a população urbana ultrapassa a rural (50,55%), chegando a 70,17% em 2015.

Figura 2 – Dados da população urbana e rural de STP



Fonte: WorldBank 2019, a partir de dados da United Nations Population Division. World Urbanization Prospects: 2018 Revision.

A importância da cultura do cacau no contexto da migração campo-cidade é crucial: no pós-guerra, o pico das exportações foi atingido em 1972 com 12.172 toneladas métricas (Kiesow 2017: 68). Em 1975, por sua vez, foram exportadas 5.200<sup>7</sup> toneladas métricas, praticamente a metade das 10 mil toneladas métricas do ano anterior à independência. Cerca de 3 mil trabalhadores portugueses das roças foram forçados a deixar o país e levaram consigo o conhecimento técnico para administrar todas as fases da produção, das mudas do cacauzeiro à venda ao exterior, fato que teve consequências terríveis para esses portugueses, e também um forte impacto na produção e na rede de comercialização do cacau (Kiesow 2017). Em 1975, o governo estatizou todas as roças. Não obstante tenha sido obtido um sucesso inicial, em 1983, a produção caiu para 3.750 toneladas e se estabilizou nessa faixa. Por fim, a reforma agrária dos anos 90, conquanto tenha distribuído terras, não ofereceu crédito, treinamento e equipamentos suficientes aos camponeses, gerando abandono das propriedades e acentuando o êxodo rural. O fracasso da reforma agrária e o abandono das propriedades rurais leva às cidades, a terceira geração dos tongas, outrora confinados às roças e, por isso, características típicas do português dos tongas podem ser encontradas no vernáculo urbano atual de São Tomé e Príncipe (cf. Baxter 2002, Bouchard 2017).

<sup>7</sup> Todos os dados relativos aos números da exportação do cacau foram retirados de Kiesow 2017.

## Escolarização

Sendo a escola um dos principais veículos para a promoção da língua oficial, pode-se afirmar que o Estado são-tomense promove o português, via escolarização. Embora o sistema escolar nacional enfrente problemas, o Estado investiu em 2017, 4,86% e 5,08% em 2016, do PIB na educação. Por ser a única língua oficial, o português é também empregado em todas as comunicações do Estado, bem como em todas as atividades públicas. Dessa forma, ao eleger o português como língua oficial, o Estado são-tomense nos últimos 44 anos ajudou a promover uma substituição linguística com profundas consequências para a sociedade são-tomense. Nesse sentido, a construção de escolas também é um fator que promoveu a difusão da língua portuguesa em STP (Pontífice 2007). A educação formal, um dos principais veículos de suporte de qualquer língua imperial, enfrentava seus próprios dilemas de expansão na Metrópole, acentuados depois dos anos de 1960, quando a ideia de democratização do ensino começa a se firmar (cf. Sebastião e Correia 2007), difundindo-se de fato somente depois da queda da ditadura de Oliveira Salazar. Portanto, se em Portugal, o ensino era sequer universalizado, na periferia do Império, o interesse em promover a escolarização era limitado. Em STP, aproximadamente 95% da população era analfabeta no fim do período colonial (Seibert 2012, World Bank 2019). Entretanto, o enriquecimento de alguns são-tomenses com a era de ouro da indústria cacaueteira também se fazia notar na presença de alunos negros em Lisboa e Coimbra<sup>8</sup>. Contudo, isso não significava reflexos de uma sólida política educacional em São Tomé e Príncipe. Desta forma, não sem surpresa, a construção do edifício do Liceu Nacional D. João II, atual Escola Preparatória Patrice Lumumba, foi iniciada em 1952 e concluída em 1954. Portanto, o primeiro liceu de STP surge mais de 450 anos depois do início da colonização. Posteriormente, a Escola Técnica Silva e Cunha, construída em 1969, foi reclassificada e passou a ser denominada Liceu Nacional, única instituição de ensino secundário em STP até 2011. O Liceu Nacional construído para abrigar 600 alunos, em 2010 contava com 5200, segundo Seibert (2012: 287), fato que simboliza iconicamente a precariedade do ensino secundário são-tomense no começo do século XXI.

<sup>8</sup> Em 1957/58, STP contava com 17 estudantes universitários em Portugal (Seibert 2012: 285).

Ainda segundo Seibert, a população são-tomense com ensino secundário completo, em 2001, era de apenas 3,6%. Os dados atuais revelam, contudo, uma mudança no paradigma escolar são-tomense: se em 2001, 37,07% dos alunos em idade escolar frequentavam o ensino médio, a partir de 2011, 50,02% estavam matriculados, atingindo pela primeira vez na história mais da metade da população em idade escolar ideal. Em 2017, por sua vez, o índice de 89,71% foi atingido, revelando um padrão mais consistente na relevância do ensino secundário no século XXI.

O sistema escolar em São Tomé e Príncipe, de uma maneira geral, enfrenta problemas na formação dos professores e nas taxas médias na relação professor/aluno. Ademais, há uma alta taxa de repetência e evasão. Segundo os dados do INE (2016: 5-53), nos anos de 2014 a 2016, no ensino pré-escolar somente 19,7% dos docentes possuíam formação na área de pedagogia e a taxa docente/aluno era de 1/80. No ensino básico (1.<sup>a</sup> à 6.<sup>a</sup> série), 29,2% possuíam formação adequada e a relação professor aluno era de 1 para 34. No que diz respeito ao ensino secundário (em STP, a partir do 7.<sup>o</sup> ano de escolarização), 44% dos professores possuíam instruções para lecionar e a média professor/aluno era de 50 por classe. A oferta de turmas também é díspar, assim, 3 escolas ofereciam apenas até a 7.<sup>a</sup> classe, 7 escolas o ensino da 7.<sup>a</sup> à 9.<sup>a</sup> classe, 8 escolas da 7.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup> classe, 3 escolas da 7.<sup>a</sup> à 11.<sup>a</sup> e uma escola oferecia a 12.<sup>a</sup> classe. As taxas de repetência (não promoção para o ano seguinte) se mantinham em dois dígitos, sendo de 29% no 1.<sup>o</sup> ciclo, e a 9.<sup>a</sup> classe com índices de 39%, com uma taxa de abandono de 19%. Cerca de 47,9% dos alunos atingia a 12.<sup>a</sup> classe.

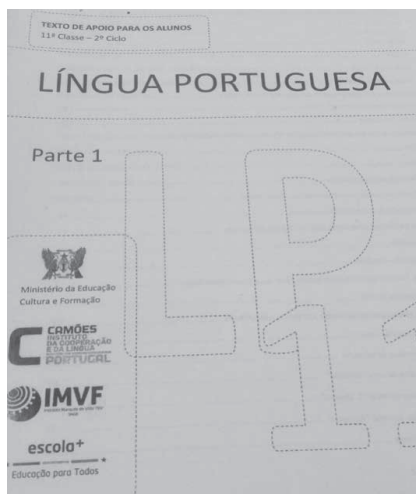
O ensino universitário, por seu turno, também tinha alcance limitado, sendo a primeira instituição de ensino superior (o Instituto Superior Politécnico) de 1997. Por isso, muitos estudantes recorrem ao estrangeiro para realizar seus estudos superiores, sendo os principais destinos Portugal, Brasil, Angola, Marrocos, Cuba e França.

O Ministério da Educação emprega atualmente material didático produzido em parceria com o Instituto Camões e o Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), mas a cooperação com essas instituições não se limita a isso. O projeto Escola+, por exemplo, liderado por pesquisadores associados ao IMVF pretendia promover uma reestruturação do ensino secundário em STP, a partir da formação de quadros dirigentes



(diretores de escola e gestores escolares), formação de supervisores, reforma dos programas do ensino secundário, elaboração de manuais escolares e formação de inspetores de ensino secundário (Barreto 2012). Não obstante no plano inicial estivesse incluída a produção regular de material didático original, limitações financeiras inviabilizaram a tarefa. Ainda assim, o projeto Escola+ elaborou apostilas ('sebentas'), conforme a figura 3, que são oferecidas aos alunos 'a preços simbólicos' (Barreto 2012: 513).

Figura 3 – Exemplo de 'sebenta' para o 11.º ano, financiada pelo Instituto Camões e pelo Instituto Marquês de Valle Flôr.



Contudo, não havia unanimidade sobre a necessidade de produção de manuais específicos para STP em todas as disciplinas (Barreto 2012: 512). Essas divergências se originam, de um lado, na limitação na formação teórica dos educadores locais e também na falta de reflexão sobre as necessidades e a realidade local. No que diz respeito aos professores de português, por exemplo, não é incomum encontrar no professorado são-tomense uma abordagem lusitanizante da língua, com forte apego às normas escolares do português europeu e negação da existência de uma norma local. Embora haja estudos acadêmicos que revelam a diferença entre as variedades, a chegada e a aceitação

desses estudos (cf. Gonçalves 2010, 2016, Brandão 2011a, 2011b, Brandão e Vieira 2012, Braga 2017, Christofolletti e Araujo 2018, entre outros) na comunidade dos professores locais são difusas e encontram resistências na sociedade conservadora. De outro lado, a existência de pouco capital humano apto a realizar a tarefa se mostra uma barreira de difícil transposição. Por fim, dado o tamanho (pequeno) do mercado e a ausência de garantias de lucro, editoras comerciais preferem vender os produtos existentes em Portugal, ao invés de investir em uma atividade que possa se mostrar comercialmente arriscada.

Anteriormente, o material didático organizado e publicado com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian foi insuficiente para satisfazer a demanda das escolas. Dessa forma, dadas as necessidades de reposição de livros didáticos consumíveis (com atividades a serem desenvolvidas no próprio exemplar) e não-consumíveis (que possam ser utilizados em mais de um ano escolar, às vezes, por estudantes diferentes), o estoque logo se mostrou insuficiente para garantir acesso a todos os alunos, em seus múltiplos anos. Assim, seria necessário um investimento constante do Governo Central para suprir a demanda de materiais escolares.

Adicionalmente, deve-se mencionar o importante papel do Instituto Camões e da Cooperação Portuguesa na promoção da língua portuguesa nas escolas, em todas os níveis, incluindo o terciário. O Instituto Camões e o Centro Cultural Português atuam de forma integrada na cidade de São Tomé e na cidade de Santo António do Príncipe, oferecendo bibliotecas com milhares de livros, além de periódicos e atividades culturais de amplo espectro em português. O Centro Cultural do Brasil, a Embaixada Brasileira em São Tomé e Príncipe e a Agência Brasileira de Cooperação também promovem várias atividades de promoção da língua portuguesa e do sistema educacional no arquipélago, porém em menor escala.

## Mídia

A imprensa em língua portuguesa em São Tomé e Príncipe teve início em 3 de outubro de 1857 com a publicação do *Boletim Oficial do Governo da Província de S. Thomé e Príncipe*. O Boletim, inicialmente, era responsável por divulgar a legislação e as ordens oficiais. Posteriormente,

passou também a publicar notícias nacionais e internacionais, bem como conteúdos culturais, e notícias de interesse local, como obituários, boletins policiares e dados demográficos (Fonseca 2014).

A imprensa independente (do Governo Central) surge em 1869 com a publicação do *Equador*, iniciando um período de publicações voltadas para os assuntos do comércio e da agricultura. Até a queda da monarquia (1910), a imprensa em língua portuguesa evitava expor os conflitos raciais, étnicos, políticos e econômicos de STP. Com o advento da República, pouco mudou, mas a chegada em massa dos trabalhadores contratados e a questão fundiária escancararam as divisões da sociedade são-tomense. Essas divisões passaram a ser timidamente representadas na imprensa. Destarte, a imprensa em língua portuguesa no período republicano português em STP se alimenta dos conflitos e conflitos dos três grupos dominantes, ora entre si, ora entre a Colônia e a Metrópole: a elite nativa (negra ou mestiça), os proprietários de terra e altos funcionários públicos e os comerciantes europeus e empregados do comércio e da agricultura. Embora a imprensa e seu público-alvo fossem majoritariamente portugueses, de berço ou por opção, o semanário *A Liberdade* chegou a publicar esparsamente artigos em língua santome da autoria de Francisco Bomfim de Jesus, o Faxiku Bêbêzawa (Araujo e Hagemeijer 2013: 13). Nos anos 40, seus panfletos eram um caso único de impressos que circulavam em outra língua que não a portuguesa. Adicionalmente, entre 1950 e 1966, aparecem os primeiros jornais católicos em STP, voltados para questões religiosas e litúrgicas, diversificando a oferta de materiais impressos.

Em 1977, o Governo cria a Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe e, na década seguinte, a Televisão de São Tomé e Príncipe. Ambos os canais oficiais transmitem programas em português, principalmente programas jornalísticos, de debates, de música, telenovelas (portuguesas e brasileiras) e programas de variedades. A língua portuguesa é usada na maior parte das transmissões, com exceção de poucos programas de música popular são-tomense, muitas vezes, cantada em santome ou até mesmo kabuverdianu. Ao lado da TV local, os canais portugueses da Rádio e Televisão de Portugal (RTP, RTP África e RTPi) são difusores de programas em língua portuguesa. Embora a imprensa jornalística local adote um viés lusófilo, a transmissão de telenovelas e de programas de

música popular brasileira difundem também a variante brasileira. Na televisão paga (via cabo ou satélite) ou pela internet, canais angolanos, brasileiros e canais portugueses comerciais também podem ser acessados pelo público são-tomense, aumentando o contato com outras variedades da língua portuguesa.

## O Papel das Elites Locais

A atuação das elites dirigentes e a escolha do português como língua oficial de STP se deu de maneira similar à situação encontrada no processo de descolonização dos territórios africanos portugueses no Atlântico. Assim, na Guiné-Bissau, em Cabo Verde e em Angola, apesar do português ser de fato uma língua estrangeira e minoritária, as elites dirigentes optaram por escolhê-la como língua oficial (Pereira e Vittoria 2002: 305-6). Os argumentos comumente empregados em defesa da escolha da língua portuguesa aliam a ameaça de conflitos locais à praticidade do uso de uma língua já internacionalizada. Assim, de um lado, a escolha neutralizaria o problema de se precisar escolher uma língua local em um ambiente multilinguístico, como é o caso de Angola, da Guiné-Bissau e de STP, fato que poderia gerar conflitos com os grupos étnicos falantes das línguas preteridas<sup>9</sup>. Portanto, a escolha do português recai na hipótese de este não ser a língua de nenhum grupo étnico específico, mas é, de fato, a de um grupo social em particular: a elite dominante. De outro lado, a escolha do português eliminaria a necessidade de se traduzir manuais escolares, literatura artística, técnica e científica e ainda permitiria acesso aos parceiros usuários da língua portuguesa no mundo (Pereira e Vittoria 2002). Apesar da independência política, era intenção das elites manter as melhores relações possíveis com Portugal. As elites, contudo, não mencionam o fato de que a língua portuguesa era já a língua veicular de seus membros e isso daria uma vantagem inicial que aumentaria a possibilidade de se perpetuarem no poder. Tanto a elite como seus descendentes tinham acesso privilegiado à educação em

<sup>9</sup> Cabo Verde não se inclui nesse grupo multilingue por haver somente uma outra língua no território, o kabuverdianu.

Portugal e se julgavam superiores aos demais concidadãos no intrincado tecido social local, porém, eram marginalizados pela verdadeira elite portuguesa pré-independência (Bouchard 2017). No poder, a elite são-tomense replicou esse modelo piramidal, expulsando os portugueses europeus do topo, tomando o seu lugar, mas mantendo os demais grupos, os forros monolíngues, os descendentes dos contratados, os angolares, os principenses e os falantes de outras línguas africanas na base da pirâmide social (Seibert 1999, 2001, Afonso 2009, Bouchard 2017).

A adesão, como membro fundador, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não resultou em políticas públicas de promoção do português por parte do Governo de STP, pois os custos envolvidos nessas atividades estariam além das possibilidades financeiras do Governo. Dessa forma, como uma política de promoção da língua portuguesa, o Estado se limita ao dispêndio do financiamento do sistema escolar público.

### **Análise dos Dados dos Censos Demográficos e Linguísticos**

A documentação sobre a natureza dos itens dos questionários dos Censos Demográficos de São Tomé e Príncipe nem sempre está disponível. Entretanto, os documentos acerca do censo conduzido em 2011 são os mais completos (INE 2016), no que diz respeito às línguas faladas no país. Nesse censo, havia uma pergunta sobre as línguas faladas no território, formulada da seguinte maneira: “Qual é a língua materna do responsável do agregado familiar?” (INE 2016: 361). As respostas possíveis ou as relatadas pelas entrevistas foram: *português, forro, angolár, linguie* [sic], *cabo-verdiano* e *outra* (com um espaço em branco para o recenseador especificá-la). Portanto, caso o recenseador seguisse seu roteiro de forma estrita, implicaria na suposição que o entrevistado conhecesse a noção de ‘língua materna’. Os resultados do censo de 2011, comparados aos censos de 2001, 1991 e 1981 estão na tabela 3. Contudo, nos censos anteriores a 2011, as línguas possíveis eram apenas três: o português, o santome e o lung’Ie. Esse apagamento da realidade linguística do país é revelador, mas foge ao escopo deste artigo analisá-lo.

**Tabela 3 – Dados dos censos nacionais, reportando as línguas faladas em STP (1961-2012)**

Ano	População total	Português	Santome	Lung'le	Angolar	Kabuverdianu
1981	96.661	60.519 (62.61%)	54.387 (56.27%)	1.533 (1.59%)	–	–
1991	117.504	94.907 (80.77%)	69.899 (59.49%)	1.558 (1.33%)	–	–
2001	137.599	136.085 (98.9%)	99.621 (72.4%)	3.302 (2.4%)	–	–
2012	187.356	170.309 (90.9%)	62.889 (33.57%)	4.224 (2.25%)	11.413 (6.09%)	14.725 (7.86%)

Adaptado de INE 2016.

Considerando que múltiplas respostas eram certamente aceites, precisamos ponderar que, em muitos casos, a resposta obtida incluía mais de uma ‘língua materna’ para o responsável do agregado familiar ou que o recenseador era capaz de adicionar em seu questionário informações que poderiam não estar ali descritas. Dessa forma, analisando o relatório do censo (INE 2016: 54), podemos observar que houve uma coleta de informações que não se limitou ao ‘responsável do agregado familiar’, pois há informações precisas sobre os falantes das línguas, divididos por faixa etária. Além disso, foi atribuída pela menos uma língua a cada morador. Os dados revelam que, de fato, era possível mais de uma resposta, de tal forma que a pergunta do Censo era entendida mais ou menos como “quais são as línguas que os moradores falam?”. Além disso, a tabela 4 mostra que os dados coletados especificavam a idade do morador, bem como o uso das línguas por cada um dos moradores, com pode ser inferido nos dados apresentados na página 54 do censo (INE 2016: 54) e reproduzidos na tabela 4. As faixas etárias foram divididas em sete grupos: 1-4 anos, 5-9, 10-19, 20-29, 30-39, 40-49 e mais de 50.

Tabela 4 – Proporção (%) da população de 1 ano e mais por língua falada e sexo, segundo grupos etários (adaptado a partir dos dados do INE 2016: 54).

Nascidos entre	População STP	% População STP	% Português	% Santome	% Lung'Le	% Angolar	% Kabuverdianu
<b>2011-2007</b>	27810	15.92	91.0	2.6	0.8	0.1	1.3
<b>2006-2002</b>	25793	14.77	99.8	9.0	1.9	0.1	2.7
<b>2001-1991</b>	39904	22.85	99.8	25.5	4.4	0.3	5.6
<b>1990-1980</b>	30228	17.31	99.7	47.3	8.0	1.2	11.4
<b>1979-1969</b>	22341	12.79	99.6	56.2	10.3	1.7	13.8
<b>1968-1958</b>	12914	7.39	99.3	63.3	11.7	2.5	16
<b>Antes de 1958</b>	15656	8.96	97.8	73.3	13.8	2.7	14.2
<b>TOTAL</b>	<b>174646</b>	<b>100%</b>	98.4 (171851)	36.2 (63221)	1 (1746)	6.6 (11526)	8.5 (14844)

A tabela 4 nos permite descrever um quadro linguístico complexo de STP, no qual um amplo conhecimento da língua portuguesa em todas as faixas pesquisadas pode ser associado a um abandono das línguas tradicionais, em um clássico movimento de substituição de línguas. Além disso, os dados da tabela 4 nos permitem concluir que:

1. há uma queda acentuada (considerando o valor total) na porcentagem de pessoas na faixa etária de 1 a 4 anos falantes de português. Assim, se 98,4% da população geral fala ou declara falar o português, nessa faixa, há uma queda de aproximadamente 7,5%, alcançando 91% das crianças. Nesse sentido, já é significativo que 9 em 10 pessoas falem o português, o que mostra a extensão dessa língua nas camadas mais jovens. Porém, a queda nessa faixa está relacionada ao fato de crianças entre 1 e 4 anos não falarem uma língua com proficiência considerável ou não serem classificadas pelos adultos como falantes de uma

língua. Contudo, a queda ocorre também porque nos censos anteriores não se separava o conhecimento da língua por faixa etária. Assim, a queda se deve ao fato de que os habitantes entre 1 e 4 anos entraram no cômputo geral, porém não significa necessariamente que menos pessoas classifiquem o português como uma língua de seu conhecimento. Portanto, essa queda, influencia pouco ou nada o número total de falantes.

3. a língua portuguesa é falada de forma quase absoluta (97,18%) pelo principal grupo etário em STP: a população com menos de 20 anos (em 2011, totalizava 93.507 pessoas, 53,54% do total). O fato de essa língua ser falada de forma quase exclusiva por esse grupo provém do cruzamento dos dados com as línguas mais faladas pelos outros grupos, ou seja, 18.024 (19,28%) indivíduos com menos de 20 anos falam também outras línguas que não o português. Portanto, cerca de 80% das pessoas com menos de 20 anos só fala o português.

2. as línguas santome, kabuverdianu, angolar e lung'ie possuem poucos falantes do total de recenseados com menos de 20 anos. Assim, 11.970 indivíduos (12,8%) se declararam ou foram declarados como falantes das línguas santome, 3.293 (3,52%) do kabuverdianu, 2.487 (2,66%) do lung'ie e 274 (0,29%) do angolar. À primeira vista, esse quadro revela uma situação de ameaça a essas quatro línguas, principalmente, diante dos 90.872 (97,18%) falantes declarados do português com menos de 20 anos. Porém, a ameaça se faz de forma proporcional, consoante o tamanho de cada grupo de falantes, conforme os dados das gerações progressas (discutido no próximo item), também, apresentados na tabela 4. Se há de fato um declínio no número de falantes das línguas crioulas, entre crianças e jovens com menos de 20 anos, os números dos falantes de angolar e lung'ie, segundo a literatura, parecem estar subestimados e superestima-



dos, respectivamente. No caso do angolar, Maurer (1995) e Araujo e Bandeira (em preparação) não mencionam o fenômeno de substituição de línguas por crianças angolares. Pelo menos em aldeias como São João dos Angolares é evidente o uso nativo da língua angolar pelas crianças e há, inclusive, alguns poucos falantes idosos monolíngues, porém há dezenas de centenas de jovens bilíngues angolar/português (Araujo e Bandeira, em preparação). Eberhard *et al.* (2019) classificam a língua angolar como saudável ('vigorous', no original), uma descrição adequada, embora a população do grupo étnico angolar não ultrapasse os quinze mil falantes e os mais jovens possuam muitas ocasiões que os convidam a uma substituição linguística em direção ao português. Já o que diz respeito ao lung'le, há farta literatura sobre seu grau de ameaça e há um número reduzido de falantes com menos de quarenta anos: Valkoff (1966), Günther (1973), Maurer (2009), Agostinho (2016). Assim, nos parece impreciso afirmar que o número de falantes do lung'le com menos de quarenta anos seja superior a 3 mil, como pode ser inferido a partir dos dados apresentados na tabela 4. Uma das razões da questão da assimetria entre os falantes de lung'le e de angolar e os números apresentados no censo pode estar relacionada ao carácter do valor dado à autodeclaração do recenseado como elemento da coleta dos dados. Outrossim, os censos não requerem documento formal de proficiência linguística por parte do recenseado e, muitas vezes, a (auto)declaração é tomada com valor de verdade. Agostinho, Bandeira e Araujo (2016: 604) relatam que, há, de fato, na população do grupo étnico lung'le, um discurso de apoio à transmissão, ao ensino da língua nas escolas e em outras oportunidades de convívio, e uma visão da língua como elemento comum ao grupo étnico. Além disso, a ideia de pertencimento ao grupo associada à língua pode ser encontrada até mesmo em uma canção popular do compositor Frutuoso dos Santos Luís Fernandes (Tuta): *'É pa no sêbê ya lung'le ê bilêê no'* "É para gente

saber que o lung'le é a nossa carteira de identidade” (Agostinho 2014: 337-338). No caso dos angolares, mas se estendendo também aos demais grupos étnicos, o estigma relacionado à língua, classificada como uma ‘gíria’, um ‘dialeto’ ou um ‘crioulo’ (sendo os três termos usados de forma preconceituosa), alimentado não só pelas forças coloniais, mas também pelos outros grupos étnicos (Bouchard 2017: 195-6 menciona, por exemplo, atitudes linguísticas pejorativas do grupo forro em relação aos demais), coligado a uma desconfiança em relação às ações do Governo Central, pode ter estimulado as pessoas do grupo angolares a não se declararem falantes de sua própria língua, quando de fato o são, principalmente diante de um recenseador possivelmente do grupo étnico forro. Passel (2001: 1603-4) discute aspectos da complexidade de algumas questões inerentes à autodeclaração étnica. Em STP, a possibilidade de se filiar ou de se autodeclarar como membro de mais de um grupo étnico, quando, por exemplo, os ascendentes são de grupos distintos, como é o caso de muitos indivíduos que possuem ascendência kabuverdianu e forro, e fazer uso de uma, de duas ou de nenhuma das línguas associadas a um dos grupos étnicos, pode gerar também um conflito com relação à autodeclaração linguística.

4. há uma queda no número de falantes das línguas santome, kabuverdianu, angolares e lung'le que pode ser observada com um padrão de mudança intergeracional. Essa queda indica uma mudança em direção a uma sociedade na qual a língua portuguesa é cada vez mais empregada como a língua de todos. Porém, as condições materiais do estado são-tomense, a constituição histórica da língua portuguesa no território e sua transmissão massiva por falantes de L2 no último quartel do século XX e a existência de múltiplas normas sociolinguísticas (Lucchesi 2015) são desafios às políticas linguísticas unificadoras em São Tomé e Príncipe.

Por fim, outro fator importante na difusão da língua portuguesa no arquipélago é o aumento da expectativa de vida, de 50,45 anos em 1960 a 66,51 anos em 2015, e a diminuição da taxa de mortalidade até os cinco anos de idade, de 97.10/1000 em 1965 a 47.30/1000 em 2015 (World-Bank 2019). Esses dois fatores também aumentaram a população apta a usar e difundir a língua portuguesa, especialmente nos últimos 40 anos.

## Conclusões

Atos efetivos de implementação de políticas linguísticas são relativamente raros em São Tomé e Príncipe por parte do Governo. De um lado, porque envolvem o consumo dos escassos recursos públicos e, de outro, porque necessitam também de recursos humanos e de ‘vontade política’ para serem implementados. No entanto, como exemplos isolados de políticas linguísticas efetivas, embora de alcance limitado, podemos citar a aprovação do Decreto 19/2013 (publicado em 14/08/2014 no Diário Oficial), no qual o Governo fez tornar oficial o Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe (ALUSTP), instrumento linguístico cujo objetivo era padronizar a grafia das línguas autóctones (cf. Araujo e Agostinho 2010). Ao mesmo tempo, o Governo da Região Autónoma do Príncipe tem se esforçado, com apoio político e apoio financeiro indireto, na promoção do *lung’le* nas escolas e na produção de material didático (Agostinho, Bandeira e Araujo 2016).

Como demonstrado, a natureza do processo de ocupação do arquipélago e os seus ciclos econômicos, com emprego extensivo de mão de obra de origem estrangeira, estão na base dos fatores que levaram ao quadro de diversidade linguística em São Tomé e Príncipe. Entretanto, a opção da elite governante em adotar o português como língua oficial pela jovem república efetivamente criou os mecanismos para a difusão do português e também alimentou o cenário para a obsolescência das demais línguas. Ao lado de fenômenos do século XX como a urbanização, a escolarização e a difusão da mídia, associados ao prestígio socioeconômico e político do português, há em São Tomé e Príncipe um quadro de abandono das línguas étnicas em direção à

língua portuguesa. Contudo, não se trata de uma variedade idêntica ao português europeu, embora essa seja o alvo da escolarização e das elites dominantes, como pode ser observado no uso de materiais didáticos e paradidáticos.

Ademais, a própria condição econômica do Governo Central (déficits regulares, dívida externa de difícil equalização, dependência da cooperação externa e tutela do Fundo Monetário Internacional), limita sua capacidade de efetivar políticas públicas (IMF 2018). Assim, todas as iniciativas bem-sucedidas que buscam algum desenvolvimento na área da educação provêm de atividades de cooperação externa. Nesse sentido, não é incomum STP ser alvo de projetos-pilotos e de investigações que resultam em parcerias, logo descontinuadas e substituídas por novos projetos que pretendem avaliar o que deu certo e errado nos projetos anteriores. A própria instabilidade do Governo não garante a continuidade das políticas educacionais. Desde a redemocratização (1990), o governo do primeiro ministro Patrice Trovoada foi o único a terminar o mandato (25/11/2014 a 03/12/2018) sem ser derrubado pelo Parlamento. Portanto, o Governo de São Tomé e Príncipe, apesar da boa-vontade de seus agentes políticos, tem condições limitadas para implantar políticas linguísticas, posto que esta é uma preocupação menor, dados todos os demais problemas que o país enfrenta.

# Referências

ABDULA, R. A. M.; TIMBANE, A. A.; QUEBI, D. O. As políticas linguísticas nos PALOP e o desenvolvimento endógeno. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*. IV Série, n. 31, 2017, p. 23-46.

ABEME, P. M. *El Ministro de Assuntos Exteriores de Brasil em Guinea Ecuatorial*. 2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/es/component/content/article?id=7437:republica-de-guinea-ecuatorial>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

AFONSO, H. 2009. Interferências linguísticas: Um contributo para o ensino da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa.

AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR. (AGU-PT) *Annaes Marítimos e Coloniaes. Memória Descritiva e Estatística das Possessões Portuguezas na Ásia*. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU, SEMU/DGU/RM/Timor cx. 1 e 2 (1700-1800/1800-1900).

AGOSTINHO, A.; BANDEIRA, M.; ARAUJO, G. 2016. O Lung'Ie na educação escolar de São Tomé, São Tomé e Príncipe. *Trabalhos em Linguística Aplicada* 55(3): 591-618. DOI <https://dx.doi.org/10.1590/010318135164183401>

AGOSTINHO, A. 2014. Fonologia e método pedagógico do lung'Ie. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.

AGOSTINHO, A. 2016. *Fonologia do lung'Ie*. München: Lincom.

ÁGUA-MEL, C. 2012. Um Macau “imaginado” em língua portuguesa. *Fragmentum* 35, parte II, p. 11-27.

AGUIAR, A. R. 2010. *A educação intercultural no entendimento da diversidade na sala de aula de língua estrangeira*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALBUQUERQUE, Davi Borges de. As línguas de Timor Leste: perspectivas e prospectivas. **Revista Língua e Literatura (USP)**, v. 27, p. 313-335, 2010.

ALEGRE, T. (1999b). A tradução na aula de língua estrangeira. In ANDRADE, A. I e SÁ, C.M. (org). *A Intercompreensão em Contextos de Formação de Professores*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 129-154.

ALEGRE, T. (2000). *Tradução Pedagógica e Consciência Linguística: A Tradução como Estratégia de Consciencialização da Estrutura da Língua Alemã em Aprendentes Portugueses*. Aveiro: Universidade de Aveiro (Tese de Doutorado).

ALLAL, I. & SAADA-ROBERT, M. (1992). La métacognition: cadre conceptuel pour l'étude des régulations en situation scolaire. In *Archives de Psychologie*, vol. 60, n.º 235, 265-296.

ALLWRIGHT, R. L. (1984). The importance of interaction in classroom language learning. *Applied Linguistics*, Vol. 5, N.º 2, 156-171.

ALMEIDA, M. “Não é aceitável” que ainda haja pena de morte na Guiné Equatorial. 28 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/02/28/politica/noticia/nao-e-aceitavel-que-ainda-haja-pena-de-na-guine-equatorial-1804774>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

ALMEIDA, Nuno Carlos. Para a (Re)introdução da Língua Portuguesa em Timor-Leste. **III SIMELP: A formação de novas gerações de falantes de português no mundo** (Simpósio 37 — A Língua Portuguesa em Timor-Leste, pp. 29-42). Macau: Universidade de Macau, 2012.

ANDRADE, A. I. & ARAUJO e SA, M. H, (1997). *Processos de Interação Verbal em Aula de Francês Língua Estrangeira: Observação e Formação de Professores*. Relatório final do Contrato de Investigação n.º PI/48/93 entre o Instituto de Inovação Educacional e a Universidade de Aveiro.

ALTENHOFEN, Cléo. V. **Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil**. In: NICOLAIDES, C. et al. (Orgs.) *Política e Políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013; AUGEL, P. Moema.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, Celso e HERRERO VALEIRO, Mário. “O *continuum* da escrita na Galiza: Entre o espanhol e o português”. *AGAL. Revista Internacional da Associação Galega da Língua*, 46, 1996.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1983].

ARAÚJO, G.; AGOSTINHO, A. 2010. Padronização das línguas nacionais de São Tomé e Príncipe. *Língua e Instrumentos Linguísticos* 26: 49-81.

ARAUJO, G.; BANDEIRA, M. (em preparação). *Dicionário Angolar/Português*.

ARAUJO, G.; CHRISTOFOLETTI, A. 2018. Vogais e Ditongos no Português Vernacular de São Tomé e Príncipe. In Oliveira, Márcia; Araujo, Gabriel Antunes de (orgs). *O Português na África Atlântica*, 261-296. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

ARAÚJO, G.; HAGEMELJER, T. 2013. *Dicionário Livre Santome-Português*. São Paulo: Hedra Educação.

ARAUJO, G.; SILVEIRA, A.; AGOSTINHO, A.; BANDEIRA, M.; FREITAS, S. 2013. Fa d'ambô: Língua crioula de Ano Bom. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 55(2): 25-44. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v55i2.8637289>

ARENDRT, H. *A Condição Humana*. Trad. de Roberto Raposo. 8.ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ASSOCIATION FRANCE-GUINEE EQUATORIALE. Le parlement adopte le portugais comme 3e langue officielle du pays. 2011. Disponível em: <<http://www.france-guineeequatoriale.org/News/494.html>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

AUROUX, Sylvain (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eno Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

BAGNO, M. **Do Galego ao Brasileiro, passando pelo Português: crioulização e ideologias linguísticas**. In: MOITA Lopes, Luiz Paulo da (Org.). Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo Parábola, 2013.

BAGNO, M. Nada na língua é por acaso: ciência e senso comum na educação em língua materna. **Revista Presença Pedagógica**, UNB, Set., 2006.

BAGNO, Marcos (2011). *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

BAHUCHET, S. Languages of African rainforest “pygmy” hunter-gatherers: language shifts without cultural admixture. Historical linguistics and hunter-gatherers populations in global perspective — (Max-Planck Inst., Leipzig), Aug 2006, Leipzig, Germany.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14.<sup>a</sup> Ed, Editora Hucitec, São Paulo, 2010.

BANDEIRA, M.; ARAUJO, G.; FINBOW, T. 2019. The Gulf of Guinea Proto-Creole and its Daughter Languages: from Liquid Consonants to Complex Onsets and Vowel Lengthening. Manuscrito, inédito.

BANDEIRA, M. 2016. Reconstrução fonológica e lexical do protocrioulo do Golfo da Guiné. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.

BARBOSA, Alessandro Tomaz; CASSIANI, Suzani. Itinerários formativos no Ensino Secundário de Timor-Leste: implicações para o ensino de Biologia. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências — XI ENPEC**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BARRETO, A. 2012. A reforma do ensino secundário em São Tomé e Príncipe. Apresentação do projeto Escola+. In Roque, Ana Cristina; Seibert, Gerhard; Marques, Vítor Rosado (orgs.). *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, 505-517. Lisboa: ISCTE-IUL.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz. A língua Portuguesa em Timor: De que forma deve o ensino de Português adaptar-se às diferentes realidades nacionais? **Estudos Linguísticos**. Lisboa: Universidade de Lisboa, Dez. de 2009, p. 1-9.

BAXTER, A. 2002. Semicreolization? The restructured Portuguese of the Tongas of São Tomé, a consequence of L1 acquisition in a special contact situation. *Journal of Portuguese Linguistics* 1: 7-39. DOI: <http://doi.org/10.5334/jpl.47>

- BAXTER, A. 2018. O português dos Tongas de São Tomé. In: Oliveira, Márcia Santos Duarte; Araujo, Gabriel Antunes de (orgs). *O Português na África Atlântica*, 297-321. São Paulo: Humanitas/FAPESP.
- BENDER, G.J. *Angola sob o domínio português – mito e realidade*. Luanda, Col. Ensaio – 21, 2004.
- BERENBLUM, A. *A invenção da palavra oficial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BERNARDO, Ezequiel Pedro José. *Política Linguística para o ensino bilíngue em Angola*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.
- BIZARRO, R.; BRAGA, F. 2004. *Educação intercultural, competência plurilíngue e competência pluricultural: Novos desafios para a formação de professores de línguas estrangeiras*. Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Ferreira de Brito. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 57-70. Acedido a 15 de julho de 2013, em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4373.pdf>.
- BLACKLEDGE, A. *Monolingual ideologies in multilingual states: Language, hegemony and social justice in Western liberal democracies*. In: Estudios de Sociolingüística 1(2), 2000, pp. 25-45.
- BLOMMAERT, J. COLLINS, J. SLEMBROUCK, S. **Space of multilingualism**. Ghent University, Rozier 44, Ghent B-9000, Belgium, 2005.
- BLOMMAERT, J. COLLINS, J. SLEMBROUCK, S. VERSCHUEREN, J. **The Role of language in European nationalist Ideologies**. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA) 2.3 (1992).
- BOHN, Hilário I. **Posicionamento**. In: NICOLAIDES, C, et al. (Orgs.) *Política e Políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.
- BORTONI-RICARDO, S. Educação bidialectal – O que é? É possível? **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, n. 7, 1992. p. 54-65.
- Bouchard, Marie-Eva. 2017. *Linguistic variation and change in the Portuguese of São Tomé*. PhD Thesis, new York University.
- BOURDIEU, Pierre (1996). *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Tradução Sergio Miceli et alii. São Paulo: Edusp.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BR n.º 254, I série (2018). Lei 18/2018 de 28 de Dezembro: **Sistema Nacional de Educação**. Maputo: Imprensa Nacional.
- BRAGA, G. 2017. *Prosódia do português de São Tomé: o contorno entoacional das sentenças declarativas neutras*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.



BRANDÃO, S.; VIEIRA, S. 2012a. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. *Alfa: Revista de Linguística* 56(3): 1035-1064. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S1981-57942012000300013>

BRANDÃO, S. 2011a. Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências. *Veredas* 15(1): 164-178.

BRANDÃO, S. 2011b. Concordância nominal na variedade urbana do português falado em São Tomé. *Ciências Humanas e Sociais em Revista* 33(1): 31-42.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Mensagem n. 00236/2014*, 15 de maio de 2014a. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2603605&disposition=inline>. Acesso em: 1 fev. 2019.

BRASIL, MINISTÉRIODASRELAÇÕESEXTERIORES. *República da Guiné Equatorial*. Cronologia das relações bilaterais. 2014b. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=5218&Itemid=478&cod\\_pais=GNQ&tipo=ficha\\_pais&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=5218&Itemid=478&cod_pais=GNQ&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR). Acesso em: 29 jan. 2019.

BRISSOS, F. 2018. Proposta de reformulação da caracterização dialetal do noroeste português. *Estudos de Linguística Galega Volume Especial I*: 193-208.

BRITO, Regina Helena Pires de; CORTE-REAL, Benjamim. A. Aspectos da política linguística de Timor-Leste, Desvendando Contra-Correntes. In: MOISES, M.L.; SOUSA, H; CABECINHAS, R. (Orgs.). **Comunicação e Lusofonia**. Porto: Campo das Letras, 2007, p. 123-132.

BRITO, Regina Helena Pires de. Temas para a compreensão do atual quadro linguístico de Timor-Leste. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 48, p. 175-194, jul/dez, 2010.

BRUTHIAUX, P. 2003. Contexts as trend for English as global language. In: Humphrey Tonkin, Timothy G. Reagan (eds) *Language in the Twenty-first Century*. John Benjamins Publishing: Amsterdam.

CABRAL, A. **A questão da língua**. Papia 1. 1976. Disponível em: <http://abecs.net/ojs/index.Php/papia/article/viewfile/188/300>. Acesso em: 10/07/2017.

CADBURY, W.; BURTT, J.; HORTON, W. 1910. *Labour in Portuguese West Africa*. G. Routledge and sons: New York.

CALDEIRA, A. M. Medo e religião popular na ilha de Ano Bom. Uma aproximação histórica (séculos XVI-XIX). Comunicação. *Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime*: poderes e sociedades. 2006b.

CALDEIRA, A. M. Uma ilha quase desconhecida: notas para a história de Ano Bom. *Studia Africana. Revista Interuniversitária d'Estudis Africans*, Barcelona, n. 17. out, 2006a.

CAMÕES I. P. *Procedimentos Concursais em 2018 relativos à Guiné Equatorial*. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/>. Acesso em: 29 mar.2019.

CARDOSO, Maria Lourdes. **Reforma Curricular em Timor-Leste. Estudo exploratório sobre a disciplina de Ciências Físico-Naturais no Ensino Básico.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação. Universidade do Minho. Braga, 2002.

CARREIRA, A. 2000. *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Praia: Instituto de Promoção Cultural.

CARVALHO, M. **Formação de Professores em Timor-Leste: contributos para a construção de um modelo de formação inicial e contínua.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Minho. Braga, 2007.

CARVALHO, J. (2004). *A Consciencialização do Processo de Transferência: um Contributo para a aprendizagem do Alemão Língua Estrangeira em Contexto Escolar Português*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

CASTILHO, A. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. (2014). São Paulo: Contexto.

CHABAL, P. **Lusophone Africa in Historical and Comparative Perspective.** In: CHABAL, Patrick; BIRMINGHAM, David. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Indiana University Press, 2002.

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference.** Princeton University Press, 2000 ISBN 0691049092, 9780691049090

CHIMBUTANE, Feliciano. Can sociocultural gains sustain bilingual educational programs in postcolonial contexts? The case of Mozambique. In: SHOBA, J. A.; CHIMBUTANE, F. (orgs.). *Bilingual education and language policy in the global south*. New York: Routledge, 2013. p. 124–145.

COIMBRA, I.; COIMBRA, O. 2016. *Novo Português sem Fronteiras 1*, Lisboa/Porto: Editora Lidel, 2 edição. *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa (colp)*, anos de 1887, 1888, 1908.

CONSELHO DA EUROPA. 2001. *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, Ensino, Avaliação* (QECL). Portugal: Edições ASA.

CONSELHO DA EUROPA. **Quadro Europeu Comum de Referências para as Línguas: aprendizagem, ensino, avaliação.** Porto: ASA, 2001.

COSTA, Luís. A língua. Fator de identidade nacional leste-timorense. In: Bastos, Neusa Barbosa. **Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários.** São Paulo: EDUC, 2012, p. 213-222.

COSTE, D. (2001a). Diversité des représentations, complémentarité des fonctions : les langues dans une construction du plurilinguisme. *Intercompreensão: Revista de Didáctica das Línguas*, N.º 9, 9-22.

COUTO, H. Honório e EMBALÓ, Filomena. **Hipótese da Relexificação na Gênese dos Crioulos e Pidgins.** Revista Abralín, 2007. <http://dx.doi.org/10.5380/rabl.v1i1.52709>.

COUTO, H. Honório e EMBALÓ, Filomena. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau**. Revista brasileira de Estudos Crioulos e Similares, N° 20, 2010 (Brasília).

COUTO, Mía. A lusofonia é uma ideia de políticos num projeto que não é de todos nós. Plataforma Macau, 2014. Disponível em: <http://www.plataformamacau.com/lusofonia/a-lusofonia-e-uma-ideia-de-politicos-num-projeto-que-nao-e-de-todos-nos>. Acesso em: 10 set 2018.

CPLP. Declaração constitutiva da CPLP, 1986. Disponível em: [www.cplp.org](http://www.cplp.org). Acesso em 08 Dez 2018.

CPLP. Malabo recebe “Semana CPLP”. 01 outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=4447&Action=1&NewsId=4595&M=NewsV2&PID=10872>>. acesso em: 07 fev. 2019.

CPLP. Resolução sobre a Confederação Empresarial da CPLP de 22 de julho de 2014. Díli, 2014. Disponível em: [www.cplp.org](http://www.cplp.org). Acesso em 08 Dez 2018.

CUNHA, D. **Linguagem e cultura escrita em situação de trabalho**. In: MARINHO, M; CARVALHO, G. T. (Orgs). *Cultura escrita e Letramento*. Bello Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

CUNHA, João Solano C. da Cunha. *A Questão do Timor-Leste: origens e evolução*. Brasília: FUNAG/IRBr, 2001.

DARRIGOL, A. État des langues en Guinée équatoriale. *Revue Contextes et Didactiques*, n°8, p.85-94, Dez 2016.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS LINGÜÍSTICOS. Barcelona de 6 a 9 de Junho de 1996.

Dias, A. P. 2013. Línguas oficiais, línguas faladas e as (inexistentes) políticas linguísticas. *Ponto Final*. Macau.

DIAS, H. N. **As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar em direção a uma prática linguística escolar libertadora**. Maputo: Promédia, 2002.

DIAS, J. As primeiras penetrações portuguesas em África. In: ALBUQUERQUE, L. (org). *Portugal no mundo*. Vol. I, 281-299. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

DINIZ, Leandro R. A. Entre discursos mercadológicos e nacionalistas: apontamentos para o ensino-aprendizagem de português para falantes de outras línguas. *Entremeios: revista de estudos do discurso*, Vale do Sapucaí, v.10, p.5-8., jan./-jun. 2015.

DINIZ, M. J. **O ensino da língua portuguesa em Moçambique**. Maputo, INDE (não publicado), 1995.

DISNEY, A. Portuguese expansion, 1400-1800: encounters, negotiations, and interactions. In: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Org.). *Portuguese oceanic expansion, 1400-1800*. New York: Cambridge University Press, 2011. p. 283-313.

DOI : 10.4000/aa.1411

DONEUX, J. L. *Histoire de La linguistique africaine : des précurseurs aux années 70*. Paris: PUP, 2003.

DURAND, Frédéric. **Timor-Leste, premier état du 3<sup>ème</sup> millénaire**. Paris: Éditions Belin, 2011.

Eberhard, David M.; Simons, Gary F.; Fennig, Charles D. (eds.). 2019. *Ethnologue: Languages of the World*. Twenty-second edition. Dallas, Texas: SIL International. Online version: <http://www.ethnologue.com>.

DURIEU, C. (1991). Traduction pédagogique et pédagogie de la traduction. *Le Français dans le Monde*, N.º 243, 66-70.

ESTATUTO DO INDIGENATO. *Boletim Geral das Colónias*, XXV, 1929. Disponível em <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGC-N288&p=62>> Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

EYZAGUIRE, P. 1986. Small farmers and Estates in São Tomé, West Africa. PhD. Dissertation. Yale University.

EYZAGUIRE, P. 1988. Competing systems of land tenure in an African plantation society. In: Downs, R.; Reyna, S. (eds.). *Land and society in contemporary África*, 340-361. Hannover: United Press of New England.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FARACO, C.A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **O dialogismo como chave de uma antropologia filosófica constitutiva**. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 2007.

FELGUEIRAS, João; MARTINS, José Alves. **Nossas memórias de vida em Timor**. Braga: Editorial AO, 2006.

FERNANDES, Francisco M. *Radiografia de Timor Lorosae*. Macau: University of Saint Joseph, 2011.

FERNÁNDEZ, Mauro (2000). Entre castellano y portugués. La identidad lingüística del gallego. In: Georg Bossong, Francisco Báez de Aguilar González (eds.). *Identities lingüísticas en la España Autónoma*. Actas de las Jornadas Hispánicas 1997 de la Sociedad Suiza de Estudios Hispánicos. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, p. 81-106.

FERNÃO, I. A.; MANJATE, N. J. Pré-universitário: Português 12.<sup>a</sup> Classe. 1 ed. Maputo: Editora Pearson, 2013.

Ferraz, Luiz Ivens. 1979. *The Creole of S. Thomé*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.

FIGUEIREDO, C. & OLIVEIRA, M. Português do Município do Libolo, Angola, e português étnico da comunidade de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. *PAPIA* 23(2), 2013, p. 105-185.

FIGUEIREDO, C. *Linguística, história, antropologia e ensino no Kwanza Sul, Angola*. “Projeto Libolo” – Município do Libolo, Kwanza-Sul, Angola: aspectos linguísticos-educacionais, histórico-culturais, antropológicos e sócio-identitários. Vol 1. Lisboa: Chiado, 2015.

FIRMINO, G. **A situação do português no contexto multilingue de Moçambique**. Universidade Eduardo Mondlane: Faculdade de Letras e Ciências Sociais (s/d). Disponível em: [www.fflch.usp.br](http://www.fflch.usp.br). Acesso em: Junho de 2012.

FONSECA, D.J. As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola. Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

Fonseca, Isadora de Ataíde. 2014. A imprensa e o império colonial em São Tomé e Príncipe (1857-1974). *Comunicação Pública* [Online] 9(16). DOI : 10.4000/ep.842

Fraga, Carlos. 2018. *Macaenses em Macau – Renovando a Identidade*. Livremeio Produções.

Freire, Paulo. 2003; 1.<sup>a</sup> ed. 1970. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra

FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

FREIXO, Adriano de. *Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da ideia de lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

GALLISSON, R.; COSTE, D. (coord). (1983). *Dicionário de Didáctica das Línguas*. Coimbra: Livraria Almedina HAGÈGE, C. (1985). *L’homme de Paroles. Contribution Linguistique aux Sciences Humaines*. Paris: Librairie Artème Fayard, Folio Essais.

GALVES, C. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, A. et al. (orgs.) *Descrição, análise e aquisição do português brasileiro*, São Paulo: Fapesp; Campinas: Pontes, 2007, p.513-528.

Garfield, Robert. 1992. *A History of São Tomé Islands, 1470-1655: The Key to Guinea*. San Francisco: Mellen Research University Press.

GOMES, H. A CPLP após a entrada da Guiné Equatorial. (Dissertação) Mestrado em Estudos Internacionais. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017. (66p.)

GONÇALVES, P. **“Afiml o que são erros de português?”** □ Comunicação apresentada nas I jornadas de língua portuguesa Dinâmicas do português em Moçambique. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 2005a.

GONÇALVES, P. (Dados para a) história da língua Portuguesa em Moçambique. Instituto Camões, 2000. <<<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/portugues-mocambique.pdf>>>

GONÇALVES, P. Introdução. In: GONÇALVES, P. STROUD, C. (org.). Panorama do português oral de Maputo: vocabulário básico do português (espaço, tempo e quantidade) — contextos e prática pedagógica. **Cadernos de pesquisa**. vol. 4, n. 36. Maputo: INDE, 2000. p. 5-24.

Gonçalves, Rita. 2010. Propriedades de subcategorização verbal no português de São Tomé. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.

Gonçalves, Rita. 2016. Construções ditransitivas no Português de São Tomé. Tese de doutorado, Universidade de Lisboa.

Grosso, M. J. 2018. Política e ensino da língua portuguesa na Região Administrativa Especial de Macau (pós-1999). In: P. Feytor Pinto e S. Melo-Pfeifer (Coord.). *Políticas linguísticas em portugueses*. Lisboa: Lidel, p. 169-181.

GUIMARÃES, Joice Eloi; CAMARGO, Renata Tironi de. Confronto de vozes: a percepção de professores timorenses sobre questões político-linguísticas. **Atas 1.ª Conferência Internacional — A Produção do conhecimento Científico em Timor-Leste**. Díli, 2015, p. 65-71.

GUIMARÃES, Joice Eloi. Formação de professores em Timor Leste: o desafio da escrita em língua portuguesa. **Anais do XI CONSIPLE** [livro eletrônico] Organização Edleise Mendes [et al] design e editoração Aldo Gustavo Ribeiro. Salvador: SIPLE, 2017, p. 88-95.

GUINÉ — BISSAU, **Constituição (1973)**. Constituição da República da Guiné-Bissau. Promulgada em 24 de setembro de 1973. Boé.

GUINÉ EQUATORIAL-CENSO. Censo de población-2015: resultados preliminares.2015 Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20160615083339/http://www.inege.gq/publicaciones/Censo2015\\_Folleto\\_R\\_Preliminares.pdf](https://web.archive.org/web/20160615083339/http://www.inege.gq/publicaciones/Censo2015_Folleto_R_Preliminares.pdf)>. Acesso em: 29 mar.2019.

GUINÉ EQUATORIAL. *Cooperación cultural entre Guinea Ecuatorial y Brasil*. 27 julho de 2015. Disponível em: <<https://www.guineaequatorialpress.com/noticia.php?id=6783>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

GUINÉ EQUATORIAL. Nuevo texto de la Constitución de Guinea Ecuatorial, promulgada oficialmente el 16 de febrero de 2012. Disponível em : <<http://www.droit-afrique.com/upload/doc/guinee-equatoriale/GE-Constitution-2012-ESP.pdf>>. 28 mar.2019.

GUINÉ EQUATORIAL. *Nuevo texto de la Constitución de Guinea Ecuatorial*, promulgada oficialmente el 16 de febrero de 2012. Disponível em: <<https://www.cabri-sbo.org/pt/documents/ley-fundamental-de-guinea-ecuatorial>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

Günther, Wilfried. 1973. *Das portugiesische Kreolisch der Ilha do Príncipe*. Marbourg: Im Selbstverlag.

HAGÈGE, C. (1996). *A Criança de duas Línguas*. Lisboa: Instituto Piaget.

HAUGEN, Einar (2001). Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, M. (ed.). *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, p. 97-114.

HEINE, B.; NURSE, D. *African languages: an introduction*. Cambridge: CUP, 2000.

HEITOR, J. Guiné Equatorial: o inferno na terra. *Além-mar*, out. 2014. Disponível em: <<http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EuEkkyEyulvtGyg EpT>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

HERNANDEZ, L. M. G. Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 4. Ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HERRERO VALEIRO (2011). *Guerra de grafias e conflito de elites na Galiza Contemporânea*. Santiago de Compostela: Através Editora.

HOBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013. 276 p.

HULL, Geoffrey. Língua, identidade e resistência. In: **Revista de Letras e Cultura Lusófonas**, 14, Lisboa: Instituto Camões, 2001, 80-92.

HULL, Geoffrey. **The Languages of East Timor: Some Basic Facts**. Instituto Nacional de Linguística, Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, 2002.

Hult, F. M.; Johnson, D. C. (Eds.). 2015. *Research Methods in Language Policy and Planning. A Practical Guide*. Oxford: Wiley-Blackwell.

IILP. *Fá d'ambô: herança da Língua Portuguesa na Guiné Equatorial*. 2014. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2014/10/16/fa-dambo-heranca-da-lingua-portuguesa-na-guine-equatorial/>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

IILP. *Seminário “O potencial da Língua Portuguesa”, na Guiné Equatorial*. 3 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2016/10/03/seminario-o-potencial-da-lingua-portuguesa-na-guine-equatorial/>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

ILHARCO, António & MURARGY, Murade. 18 anos CPLP: os desafios do futuro. Lisboa: Sersilito, 2014.

IMF. 2018. *Country Report: Democratic Republic of São Tomé and Príncipe*. Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2018/08/02/Democratic-Republic-of-So-Tom-and-Principe-2018-Article-IV-Consultation-Fifth-Review-Under-46149>

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Brasília, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **III Recenseamento geral da população e habitação. Maputo, 2007.** Disponível em: [http://www.ine.gov.mz/censos\\_dir/recenseamento\\_geral/estudos\\_analise/lingua/](http://www.ine.gov.mz/censos_dir/recenseamento_geral/estudos_analise/lingua/). Acesso em: 05/05/2012.

Instituto Nacional de Estatística, 2016. *Inquérito aos Indicadores Múltiplos 2014 de São Tomé e Príncipe, Relatório Final*. São Tomé, São Tomé e Príncipe.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Portaria de Credenciamento, recredenciamento e Descredenciamento de Postos Aplicadores. 2013. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/outras\\_acoes/cepe\\_bras/legislacao/2013/portaria\\_n334\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/outras_acoes/cepe_bras/legislacao/2013/portaria_n334_2013.pdf). Acesso em 08 Dez 2018.

INSTITUTO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (INDE). **Português, programa da 12.º Classe.** Maputo: Ministério de Educação, 2010. Disponível em: <http://www.mec.gov.mz/img/documento/20100331060327.pdf>. Acesso em: 05/05/2013.

INVERNO, L. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, A.M. (ed.). *Português em contato*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert, 2009, p. 87-106.

INVERNO, L. A transição de Angola para o português. Uma história sociolinguística. In: SOUSA, J.S. et al (coords). *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008, p.117-129.

INVERNO, L. Contact-induced restructuring of Portuguese morphosyntax: evidence from Dundo. Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2011

JOHNSON, D. C. *Language Policy*. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2013.

JOHNSON, D. C. **What is language policy?**. In: *Language Policy*. Palgrave Macmillan, London 2013.

Jones, M. M, B. Adrian, C. Angela (Eds.). **The Routledge Handbook of Multilingualism**. New York: Routledge, 2012

Joseph Errington. **Linguistics in a Colonial World: A Story of Language, Meaning, and Power**. Editora: Wiley, 2007

JOSEPH, John Earl (1985). 'Superposed' languages and standardization. *Saudi italiani di linguistica teoria e applicata*, anno XIV, 1-3, p. 35-51.

KASPER, G.; KELLERMAN, E. (eds) (1997). *Communication Strategies: Psycholinguistic and Sociolinguistic Perspectives*. London: Addison Wesley Longman.

KAMMEN, Douglas. Metaphors of Slavery in East Timor. In: BASTOS, Cristiana (ed). *Portuguese Literary & Cultural Studies: Parts of Asia*. 17/18. Massachusetts Dartmouth: Tagus Press, 2010. p.257-279.

KELLERMAN, E. & SMITH, M. S. (1986). *Crosslinguistic Influence in Second Language Acquisition*. New York: Pergamon Institute of English.



Kiesow, Sandra. 2017. Cocoa Culture on São Tomé and Príncipe: The Rise and Fall of Cocoa on the Islands in the Nineteenth and Twentieth Centuries. *Agricultural History* 91(1): 55-77. DOI:10.3098/ah.2017.091.1.55

KLOSS, Heinz (1959). 'Abstand Languages' and 'Ausbau Languages', *Anthropological Linguistics*, vol. 9, n. 7, p. 29-41.

KUKANDA, Vatomene. Diversidade Linguística em África. In: *Africana Studia* número 3. CEAUP: Porto, 2000.

KUMARAVADIVELU, B. **Linguística aplicada na era da globalização**. In: \_\_\_\_\_. (Org.) Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Kuzka, Robert; Pascoal, José. 2018. *Passaporte para Português 1*. Lisboa/Porto: Editora Lidel.

LAGARES, Xoán Carlos (2007). Sobre a noção de galego-português. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê: Patrimônio cultural e latinidade. n. 35, p. 61-82.

LAGARES, Xoán Carlos (2008). Galego-português e o mito das origens. IN: Carmen Villarino Pardo, Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (orgs.). *Da Galiza a Timor. A lusofonia em foco. Actas do VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, p. 763-772.

LAGARES, Xoán Carlos (2013). O galego e os limites imprecisos do espaço lusófono. In: Luiz Paulo da Moita Lopes (org.). *O português no século XXI. Cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 339-360.

LAPA, Manuel Rodrigues (1973). A recuperação literária do galego. *Grial*, 41, p. 278-287.

LARSEN-FREEMAN, D. Chaos/ complexity Science and second language acquisition. *Applied Linguistics*, v. 18, n. 2, 1997. p. 141-165.

LAUREANO, E. Os primeiros passos do português no mais novo país lusófono da CPLP. *Platô*, v.3, n.6, 2016, p. 74-81.

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China. Disponível em: <https://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/leibasica/index.asp>, acesso em 28 de Março 2019.

LEVISKI, Charlott E. Rumos da CPLP: Da dimensão ideológica linguística para econômica. In: Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas, 7, 2015, Córdoba. *Actas Córdoba: Facultad de Lenguas, Universidad Nacional de Córdoba*, 2015. v. 1. p. 245-252.

LIPSKI, J. Angola e Brasil: vínculos linguísticos afro-lusitanos. *Veredas* 9, 2008, p.83-98.

Liu, G. 2013. *Evolução do Ensino do PLE na China*. Revista do Portu-Nês, N.º. 4, pp. 33-48. Disponível em: <http://www.portunes-online.com/index.php/Index/directory/id/15>. Acesso em 03 de maio de 2014.

LOUREIRO, Rui Manuel. Onde nasce o sândalo: os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII. **Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, 14, 2001, 93-104.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Gradiva, 2009.

LOURENÇO, Soraia Valy Mamade Feiteira. **Um Quadro de Referência para o Ensino do Português em Timor-Leste**. Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2008.

Lucchesi, Dante; Baxter, Alan; Ribeiro, Ilza. 2009. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA.

Lucchesi, Dante; Baxter, Alan. 2009. A transmissão linguística irregular. In: Lucchesi, Dante; Baxter, Alan; Ribeiro, Ilza. (eds.). *O português afro-brasileiro*, 101-124. Salvador: EDUFBA.

Lucchesi, Dante. 2015. *Língua e Sociedade Partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto.

LUSA. CPLP devia fazer mais para a Guiné Equatorial acabar com pena de morte, considera Alex Vines. 20 de Novembro de 2018. Disponível em: [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/cplp-devia-fazer-mais-para-a-guine-equatorial-acabar-com-pena-de-morte-considera-alex-vines\\_n1112544](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/cplp-devia-fazer-mais-para-a-guine-equatorial-acabar-com-pena-de-morte-considera-alex-vines_n1112544). Acesso em 08 Dez 2018.

LUSA. Guiné Equatorial abre embaixada em Lisboa dentro de um mês-CPLP. 01/02/2013. Disponível em: <https://paginaglobal.blogspot.com/2013/02/guine-equatorial-abre-embaixada-em.html>. Acesso em: 29 mar.2019.

LUSA. Moratória é, na prática, a abolição da pena de morte – embaixador da Guiné Equatorial. 15 dez. 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/moratoria-e-na-pratica-a-abolicao-da-pena-de-morte---embaixador-da-guine-equatorial--10327554.html>. Acesso em: 04 fev. 2019.

LUSA. Português na Guiné Equatorial? É uma invenção. 01 de janeiro de 2018. Disponível em: [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugues-na-guine-equatorial-e-uma-invencao\\_n1049406](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugues-na-guine-equatorial-e-uma-invencao_n1049406). Acesso em 08 Dez 2018.

MAASS, P. 2005. Who's Africa's worst dictator? Slate, jun. 2008. Disponível em: <https://slate.com/news-and-politics/2008/06/why-don-t-we-hear-more-about-equatorial-guinea.html>. Acesso em: 09 fev. 2019.

MACIE, F. V. **Pré-Universitário: Português 11.<sup>a</sup> Classe**. 1. ed. Maputo: Pearson Moçambique Limitada, 2009.

MACIEL, R. **Franco. Políticas linguísticas, conhecimento local e formação de professores de línguas**. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Política e Políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

MAHO, J. A classification of the bantu languages: an update of Guthrie's referential system. in: NURSE, D. & PHILIPPSON, G. (Eds.). *The bantu languages*. London & New York: Routledge, 2003, p.639-651.

MAHO, J. F. The online version of the New Updated Guthrie List, a referential classification of the Bantu languages. **NUGL Online**. p.6-124, 2009.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon Multilingual Matters. Multilingual Matters, Clevedon, 2007. p. 01-41.

MAKONI, Sinfre & PENNYCOOK, Alastair e MEINHOF, Ulrike. **Linguística na África, desconstruindo a noção de “língua”**. In: \_\_\_\_\_. (Org). Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MAKONI, Sinfre & PENNYCOOK, Alastair. **Disinventing and Reconstituting Languages**. Journal of Sociolinguistics, V. 15, Number 3, Christof Demont-Henrich, University of Denver, 2011.

MAPASSE, E. L. A. **Norma e ensino do português no contexto moçambicano**. Tese (Doutorado em Letras, Área de Concentração em Linguística). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

Marcuschi, L. A. 2002. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P. et al. (org.) *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 19-36.

MARGARIDO, Alfredo. *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. 2000.

MARIÑO PAZ, Ramón (1988). *Historia da língua galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.

MARTINS, Isabel P. FERREIRA, Ângelo. Ensinar e Aprender em Português em Timor-Leste: O caso do Ensino Secundário Geral. **Pelos mares da Língua Portuguesa 2**. Aveiro: UA Editora, p. 395-408, 2015.

Masuhara, Hitomi. 2011. What do teachers really want from coursebooks. In B. Tomlinson (Ed.). *Materials development in language teaching*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 236 – 266.

Mateus, M. H. M.; Nascimento, F. B. (Org.). 2005. *A Língua Portuguesa em Mudança*. Lisboa. Caminho.

Maurer, Philippe. 1995. *L'angolar: Un créole afro-portugais parlé à São Tomé*. Hamburg: Helmut Buske Verlag.

Maurer, Philippe. 2009. *Principense (Lung'ie): Grammar, texts, and vocabulary of the Afro-Portuguese Creole of the island of Príncipe, Gulf of Guinea*. London: Battlebridge.

MENDONÇA, Tiago. 1.<sup>a</sup> CONFERÊNCIA ECONÔMICA DA CPLP. Maputo: março de 2018. Disponível em: [https://www.relop.org/files/eventos/201710/Tiago%20Mendon%C3%A7a\\_CPLP.pdf](https://www.relop.org/files/eventos/201710/Tiago%20Mendon%C3%A7a_CPLP.pdf). Acesso em 08 Dez 2018.

MENESES, Duarte Nuno de Castro. **Timór: de colónia a país nos fins do Século XX. Um sistema educativo em Re-estruturação (um estudo documental)**. Mestrado em Administração e Planificação da Educação. Universidade Portucalense. Porto, 2008.

MENEZES, Leonarda. Plurilinguismo, multilinguismo, bilinguismo: reflexões sobre a realidade linguística moçambicana. *Revista Percursos Linguísticos*, v. 3 n. 7, 2013, p. 81-91. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/4589>. Acesso em 08 Dez 2018.

MIGUEL, M.H. A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica. *Lucere* 5, ano 4, 2008, p. 35-48.

MIGUEL, M.H. *Dinâmica da pronominalização no português de Luanda*. Luanda: Nzila, 2003.

Milheiro, Ana Vaz. 2012. São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974). In Roque, Ana Cristina; Seibert, Gerhard; Marques, Vítor Rosado (orgs.). *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, 87-127. Lisboa: ISCTE-IUL.

MILLER, J. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: PANTOJA, S. & SARAIVA, J. F. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.11-67.

MINGAS, A. Interferência do kimbundu no português falado em Lwuada. Porto: Campo das Letras, 2000.

MINGAS, Amélia. A. *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO (MINED); INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (INDE) **Plano curricular do ensino secundário geral**: objetivos, política, estrutura, plano de estudos e estratégias de implementação. Maputo: Imprensa Universitária, 2007.

Moita Lopes, L. P. (Org.). 2006. *Por uma linguística aplicada interdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial.

MOITALOPES, L. P. **Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI**. In: \_\_\_. (Org.). *O português no século XXI? Cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013.

MOITA-LOPES, P. *Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. (2013). São Paulo: Parábola Editorial.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica; conceituação e delimitação. In: Mollica, M. C.; Braga, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 9-14.

MONTEAGUDO, H. A invenção do monolingüismo e da língua nacional. *Gragoatá*, n.32, 2012, p.43-51.

MONTEAGUDO, Henrique (1999). *Historia social da lingua galega. Idioma, sociedade e cultura a través do tempo*. Vigo: Galaxia.

MONTEAGUDO, Henrique (2002). *Sobre a língua galega. Antoloxía. Martín Sarmiento*, Vigo: Galaxia.

MONTEAGUDO, Henrique (2012a). Galego, português e brasileiro no tempo: achegas para unha diacronia comparada. In: Xoán Carlos Lagares e Henrique Monteagudo (orgs.). *Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança*. Niterói/Santiago de Compostela: Editora da UFF/Universidade de Santiago de Compostela, p. 37-104.

MONTEAGUDO, Henrique (2012b). A Galiza e o espaço linguístico-cultural de expressão portuguesa. In: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., (orgs.) *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, pp. 51-64.

MONTEAGUDO, Henrique; LAGARES, Xoán Carlos (2017). Norma e autoridade linguística no galego e no português brasileiro. *LaborHistórico*, vol. 3, n. 2, p. 12-27.

MPANZU, Mona. Lusofonia, identidade e diversidade cultural. Conferência Inaugural da I.<sup>a</sup> Edição da Semana de Lusofonia no ISCED de Uige (29.09.2016) Disponível em: <http://monampanzu.over-blog.com/2016/10/lusofonia-identidade-e-diversidade-cultural.html>. Acesso em 08 Dez 2018.

NASCIMENTO, AUGUSTO. 2000. *Relações de poder e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe: de finais de oitocentos a meados do presente século*. Tese Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.

NASCIMENTO, AUGUSTO. 2008. *Atlas da lusofonia: São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Prefácio.

NEGREIROS, ANTÓNIO LÔBO DE ALMADA. 1895. *História ethnographica da Ilha de São Thomé*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand/José Bastos.

NEVINSON, HENRY WOOD. 1906. *A modern slavery*. London/New York. Harper & Brothers.

NGUNGA, A. *Introdução à linguística bantu*. 2.ed. Maputo: Imprensa Universitária, 2015.

NUNES DE LEÃO, Duarte (1983). *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Introd., notas e leitura de M. L Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

NURSE, D. & PHILIPPSON, G. Towards a historical classification of the bantu languages. in: NURSE, D. & PHILIPPSON, G. (Eds.). *The bantu languages*. London & New York: Routledge, 2003, p.164-181.

NZAU, D. *A língua portuguesa em Angola. Um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior, 2011.

OLIVEIRA, CARLA E COELHO, LUÍSA. 2008. *Aprender Português 1 – Compreensão Oral*, Texto Editores, Lisboa.

OLIVEIRA, CARLA E COELHO, LUÍSA. 2011. *Português Global 1*, Macau: Instituto Politécnico de Macau.

OLIVEIRA, CARLA; COELHO, LUÍSA; BALLMANN, MARIA JOSÉ. 2006. *Aprender Português 1*. Texto Editores, Lisboa.

ORMAN, Jon. **Language Policy and Nation-Building in Post-Apartheid South Africa**. V. 10, Austria, Springer Science+Business Media B.V, 2008.

PACHECO, José Augusto. et. al. **Plano Curricular do 3.º ciclo do ensino básico e estratégia de implementação**, Projeto de Desenvolvimento do Currículo do 3.º ciclo da Educação Básica em Timor Leste. Braga: Universidade do Minho, 2009.

Pan, Xiao Heng. 2014. *Linguagem e Identidade: Um Estudo Sociodiscursivo da Fala de um Macaense*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – University of Macau.

Passel, J. S. 2001. Censuses: Demographic Issues. In Smelser, Neil J. & Paul B. Baltes. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 1599-1605. Elsevier: DOI: <https://doi.org/10.1016/Bo-08-043076-7/00399-5>

PAULINO, Vicente. *Representação Identitária em Timor-Leste: culturas e os media*. 2012. 388f. Tese. Doutorado em Ciências da Cultura. Especialidade Comunicação e Cultura. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, 2012

PAULINO, Vicente. **Representação Identitária em Timor-Leste: Culturas e os Media**. 2012. 405 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências da Cultura, Departamento Anglistico, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

PELISSIER, R. *Histórias das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*. Vols. I e II. Lisboa: Editora Estampa, 1997.

PENVENNE, Jeanne Marie. *African workers and colonial racism: Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Portsmouth, NH: Heinemann; Johannesburg: University of the Witwatersrand Press; Londres: James Currey, 1995.

PEREIRA, AMILCAR ARAUJO; VITTORIA, PAOLO. 2012. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 25(50), 291-311. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862012000200002>

PETTER, M. As línguas no contexto social africano. In: PETTER, M. (org.). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015, p.193-219.

PETTER, M. *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

PINTO, F; MELO-PFEIFFER, S. (2018). *Políticas Linguísticas em Português*. Lisboa: Lidel.

PLATAFORMA MACAU. Cplp quer consórcio para exploração de hidrocarbonetos. 2016. Disponível em: <http://www.plataformamacau.com/lusofonia/cplp-quer-consorcio-para-exploracao-de-hidrocarbonetos/> Acesso em 08 Dez 2018.

PONSO, L.C. O português no contexto multilíngue de Angola. *Confluência* (Rio de Janeiro), v.35-36, 2009, p.147-162.

PONTÍFICE, FERNANDA. 2007. Ensino/aprendizagem do português em contexto plurilíngue africano: Os grandes desafios. O caso de São Tomé e Príncipe. In Dolores Álvarez et al. (org.), *Actas do Colóquio Internacional sobre ensino/aprendizagem do francês e do português no contexto plurilíngue africano*, 99-105. Paris: Union Latine.

QUEIROZ, A. O. de. Áfricas lusófonas, África iberógrafa: a experiência literária da Guiné Equatorial. *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v.1, n.1 2010.

RAMOS, Francisco Pinto. *Resumo Sinóptico de Legislação da Província de Angola publicada no boletim oficial, nos últimos setenta anos 1900-1969*. Viseu: Tipografia Guerra, 1970.

RANCIÈRE, Jacques (1996 [1995]). *O desentendimento. Política e Filosofia*. São Paulo: Editora 34.

RAPOSO, E; NASCIMENTO, M; MOTA, M; MENDES, L. Gramática do Português (2013). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

REDE BRASIL CULTURAL. Entrega de certificados no NEB Malabo (2014) Disponível em: <<http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/publicacoes/35-nucleos/150-entrega-de-certificados-no-neb-malabo>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

REDINHA, J. *Etnias e culturas de Angola*. Coimbra: AULP, 2009.

RICENTO, Thomas. **Ideology, Politics and Language Policies: Focus on English**. John Benjamins Publishing Company Amsterdam / Philadelphia, V. 06, 2000.

ROUGÉ, JEAN-LOUIS. 1992. Les langues des Tonga. In: D'Andrade, E.; Kihm, A. (eds.). *Actas do colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa*, 171-176. Lisboa: Colibri.

SAMPAIO, G. *Portugal e Guiné Equatorial assinam protocolo para ensino da língua portuguesa*. 18 dezembro 2018. Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/portugal-e-guine-equatorial-assinam-protocolo-para-ensino-da-lingua-portuguesa-390792>. Acesso em: 26 jan. 2019.

SÁNCHEZ VIDAL, Pablo (2010). *O Debate Normativo da Língua Galega* (1980-2000). A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

SEBASTIÃO, JOÃO; CORREIA, SÓNIA VLADIMIRA. 2007. A democratização do ensino em Portugal. In: Viegas, José Manuel Leite; Carreiras, Helena; Malamud, Andrés (orgs). *Portugal no contexto europeu, volume 1, Instituições e Política*, 107-35. Lisboa: Celta.

SEIBERT, GERHARD. 1999. Comrades, Clients and Cousins: Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe. PhD dissertation, University of Leiden, the Netherlands.

SEIBERT, GERHARD. 2001. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega.

SEIBERT, GERHARD. 2007. Angolares of São Tomé Island. In: Havik, Ph.; Newitt, M. (eds.). *Creole societies in the Portuguese colonial empire*, 105-126. Bristol: Bristol University Press.

SEIBERT, GERHARD. 2012. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Ensino Superior e Trajetórias em Portugal. In: Costa, Ana Bénard da; Faria, Margarida Lima de. *Formação superior e desenvolvimento: estudantes universitários africanos em Portugal*, 209-243. Coimbra: Edições Almedina.

SEIBERT, GERHARD. 2014. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. DOI <https://dx.doi.org/10.1590/S0002-05912014000100002>

SEIBERT, GERHARD. 2015. Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. *Anuário Antropológico* 40(2): 99-120.

SELINKER, L. e LAKSHMANAN, U. Language transfer and fossilization: the multiple effects principle. In: S. GASS e L. SELINKER (Eds.). **Language transfer in language learning**. Amsterdam: John Benjamins. 1994. p. 197-216.

SELINKER, L. (1992). *Rediscovering Interlanguage*. London: Longman.

SERAFIM, CRISTINA MARIA SEUANES. 2000. As ilhas de São Tomé no século XVII. Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

SEVERO, C. G. Política(s) Linguísticas e questões de poder. *Alfa*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 451-473, 2013.

SEVERO, C.G. & MAKONI, S. *Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica*. Florianópolis: Insular, 2015.

SEVERO, Cristine Gorski; MAKONI, Sinfree. B. *Políticas Linguísticas Brasil-África: Por uma perspectiva crítica*. Florianópolis: Insular, 2015.

SHOHAMY, E. **Language Policy: Hidden Agendas and New Approaches**. Routledge, 2006 ISBN 1134333528, 9781134333523.

SIGNORINI, Inês. **A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para sociedade contemporânea**. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

SILVEIRA, Alexandre Cohn da. *Discursos sobre a língua (portuguesa) em Timor-Leste: entre colonialismos e resistências*. 2018. 342 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.



SITOE, Bento. Línguas moçambicanas, como estamos? In: SERRA, C. (org.). *Estão as Línguas Nacionais em Perigo?* 1ed. Moçambique: Escolar Editora, 2014. p. 37-76.

SOUZA, G. *Ilha de Ano-Bom estabelece ligação da Guiné-Equatorial à lusofonia*. 2014. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/ilha-de-ano-bom-estabelece-liga%C3%A7%C3%A3o-da-guin%C3%A9-equatorial-%C3%A0-lusofonia/a-17832432>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

STROUD, C.; GONÇALVES, P. Introdução. In C. Stroud e P. Gonçalves (orgs.) **Panorama do português oral de Maputo. Vol. II:** A construção de um banco de “erros”. Maputo: INDE, 1997. p. 1-7.

STROUD, Christopher. Multilingualism in ex-colonial countries. In: AUER, P.; WEI, Li. (orgs.). *Handbook on Multilingualism and Multilingual Communication*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. p. 509-538.

STROUD, Christopher. *Towards a Policy for Bilingual Education in Developing Countries*. Stockholm: Education Division at Sida, Department for Democracy and Social Development, 2002.

TAVARES, ANA. 2018. *Português XXI 1*. Lisboa/Porto: Editora Lidel, 2 edição.

TEIXEIRA E SILVA, R. (Org). 2012a. Apresentação. ‘Linguagem, cultura e interação: espaços simbólicos construídos em Língua Portuguesa na China e em Macau: histórias, personagens e espaços’. *Fragmentum*, 35, vol 1. Laboratório Corpus: Universidade Federal de Santa Maria.

TEIXEIRA E SILVA, ROBERVAL & LIMA-HERNANDES, MARIA CÉLIA. 2010. Ligas Urbanas: Atitudes Linguísticas na Trama Discursiva de Macaenses e Paulistas Caipiras. *Revista de Cultura* 35. Macau: Instituto Cultural.

TEIXEIRA E SILVA, ROBERVAL & MARTINS, C. 2011. “Intercultural interaction: Teacher and Student Roles in the Classroom of Portuguese as a Foreign Language”. In: Preisler, Bent; Klitgård, Ida & Fabricius, Anne. (eds.) *Language and Learning in the International University: From English Uniformity to Diversity and Hybridity*. Bristol, Buffalo, Toronto: Multilingual Matters.

TEIXEIRA E SILVA, ROBERVAL. 2012b. Novas Territorialidades Construídas em Língua Portuguesa no Espaço de Macau. *Platô: Revista do Instituto Internacional de Língua Portuguesa — IILP: Cabo Verde*.

TEIXEIRA E SILVA, ROBERVAL. 2015. Representações de países e regiões de língua portuguesa em materiais didáticos usados em Macau para o ensino de português como língua não materna. In ROCHA, Cláudia Hilsdorf et al (Eds). *Políticas linguísticas, ensino de línguas e formação docente: desafios em tempos de globalização e internacionalização*. Campinas, SP: PONTES EDITORA.

Tenreiro, Francisco. 1961. *A Ilha de São Tomé*. Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar.

THOMAZ, Luís Filipe. **Babel Lorosa’e: O problema linguístico de Timor-Leste**. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

THOMAZ, Luís Filipe. Timor: da proto-história à consolidação do protectorado português. In: *ORIENTE*, n.1. LISBOA: FUNDAÇÃO ORIENTE, 2001. pp. 39-52

Thompson, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

TIMBANE, A. A.; MANUEL, C. Os crioulos em África são línguas de base portuguesa? Embate sobre os conceitos. *Revista de Letras JUÇARA*, Caxias, v. 02, n. 02, p.107-126, dez. 2018.

TIMBANE, Alexandre; QUIRAQUE, Zacarias. Língua ou Línguas Portuguesas? A Variação Linguística na Lusofonia. Conference Paper, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/316562098\\_LINGUA\\_OU\\_LINGUAS\\_PORTUGUESAS\\_A\\_VARIACAO\\_LINGUISTICA\\_NA\\_LUSOFONIA](https://www.researchgate.net/publication/316562098_LINGUA_OU_LINGUAS_PORTUGUESAS_A_VARIACAO_LINGUISTICA_NA_LUSOFONIA). Acesso em 08 Dez 2018.

TIMOR-LESTE. **Currículo Nacional do Ensino Básico do Primeiro e Segundo Ciclos**. Ministério da Educação de Timor Leste, 2014.

TIMOR-LESTE. **Plano Curricular do Ensino Secundário Geral**. Ministério da Educação de Timor Leste, 2011.

TIMOR-LESTE. **Plano do Currículo Nacional para a Educação Primária**. Ministério da Educação de Timor Leste, 2005.

TINGUIRI, K. L. Guiné Equatoriale : Une croissance sans développement? *Stateco* N°105, p.61-72, 2010

TOMÁS, G.; SECO, L.; SEIXAS, S; FAUSTINO, P; LAVINHA, J; ROCHA, J. 2002. The Peopling of São Tomé (Gulf of Guinea): Origins of Slave Settlers and Admixture with the Portuguese. *Human Biology* 74 (3): 397-411.

TORRES FELJÓ, Elias J. (2000). Norma linguística e (inter-)sistema cultural. O caso galego. In: Juan Manuel Carrasco et al. (editores). *Actas del Congreso Internacional de Historia Cultura en la Frontera. Primer Encuentro de Lusitanistas Españoles*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 967-996.

TRAVAGLIA, L. C. 2005. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez.

UNDP. Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update. Equatorial Guinea. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr\\_theme/country-notes/GNQ.pdf](http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/GNQ.pdf)>. Acesso em: 09 fev. 2019.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África. In: Albert Adu Boahen (org.). *História geral da África*, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. pp.21- 50. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190255POR.pdf>. Acesso em 08 Dez 2018.

VALKHOFF, MARIUS F. 1966. *Studies in Portuguese and Creole: With special reference to South Africa*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.

VELOSO, J. 2007. Variação dialectal e sociolectal na aula de Português Língua Materna. Algumas reflexões e sugestões metodológicas. In: R. Bizarro (Org.). *Eu e o Outro. Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s) e Práticas Interculturais*. Porto: Areal, 262-268.

VELOSO, J. 2015. Peut-on apprendre la variété? Autour de quelques dimensions de la fixation et la transmission d'une norme phonétique et du rôle des linguistes. *Euskera* **60(2)**: 477-498.

VELOSO, J. 2017. Recensão crítica a Ana Maria Stahl Zilles, Carlos Alberto Faraco. *Pedagogia da variação linguística. Língua, diversidade e ensino*. São Paulo SP: Parábola Editorial. 2015. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* **12**: 247-255.

VENÂNCIO, J.C. *A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII — um estudo de sociologia histórica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

YGOTSKY, L. S. (1973). *Aprendizaje y Desarrollo Intelectual en la Edad Escolar*. In Luria, A, R, [et al.]. *Psicología y Pedagogía*, 23-39 (trad.).

YGOTSKY, L. S. (1993). *Pensamento e Linguagem*. Trad. de J. L. Camargo. 1.<sup>a</sup> ed. S. Paulo: Martins Fontes.

VERTOVEC, S. 2010. Towards Post-multiculturalism. Changing communities, conditions and contexts of diversity. *International Social Sciences Journal*. 61 (199), p. 83-95.

WELSCH, WOLFGANG. 1999. Transculturality: The puzzling form of cultures today. In: M. Featherstone, S. Lash (Eds.). *Spaces of culture — City, nation, world*. UK: Sage Publications, p. 194-213.

WELSCH, WOLFGANG. 2001. Transculturality: the changing form of cultures today. In: *Filozofski vestnik Letnik/Volume XXII. Številka/Number 2*, p. 59-86.

WILLIAMSON, K.; BLENCH, R. Niger-congo. In: HEINE, B.; NURSE, D. *African languages: an introduction*. Cambridge: CUP, 2000. p.11-42.

WORLD BANK. 2019. Health Nutrition and Population Statistics. Retrieved: 20/02/2019. Disponível em: <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/health-nutrition-and-population-statistics>.

YASEMIN, Yldiz. **In the Postmonolingual Condition**: Karin Sander's Wordsearch and Yoko Tawada's Wordplay. University of Illinois, Transit, California, 2011.

ZAMORA SEGORBE, A; OLIVEIRA, G. M. de; MORELLO, R. *Fá d'ambô: herança da língua portuguesa na Guiné Equatorial*. Florianópolis: Garapuvu, 2014.

ZAMORA SEGORBE, A. *Fá d'ambô: língua crioula de base portuguesa*. In: ZAMORA SEGORBE, A; OLIVEIRA, G. M. de; MORELLO, R.(Org.) *Fá d'ambô: herança da língua portuguesa na Guiné Equatorial*. Florianópolis: Garapuvu, 2014.

ZAU, F. Jaka Jamba e as ditas “línguas nacionais”. Disponível em: <https://www.novafrika.co.ao/mais/cultura/literatura/filipe-zau-jaka-jamba-e-as-ditas-linguas-nacionais-mencao-honrosa-foi-merecida-mas-sabe-a-pouco/>. Acesso em: 18/06/2019.

Zilles, A. M. Stahl; Faraco, C. A. (Org.). 2015. *Pedagogia da variação linguística. Língua, diversidade e ensino*. São Paulo SP: Parábola Editorial.

ZIMMERMAN, C. Historical trends in second language vocabulary instruction. In: J. COADY e T. HUCKIN (eds.). **Second language vocabulary acquisition**. Cambridge: Cambridge, University Press. 1997. p. 5-19.

ZOPPI FONTANA, Mónica (Org.). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009.

颜巧容 [Yan, Qiaorong] (2017). 中国内地与澳门特区及葡语国家在葡语专业教育领域的合作 [A cooperação na educação de língua portuguesa entre a parte continental da China e a Região Especial Administrativa de Macau e os Países de Língua Portuguesa]. 葡语国家发展报告 [Relatório do desenvolvimento dos países de língua portuguesa]. 王成安, 张敏, 刘金兰 [In. Wang Chengan, Zhangmin e Liu Jinlan]. 北京 [Pequim], 社科文献出版社 [Editora acadêmica de ciências sociais]: 44-57.